

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BRUNA FERREIRA DAS NEVES

**DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO DISCURSO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(1992-2020)**

ALFENAS/MG

2026

BRUNA FERREIRA DAS NEVES

**DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO DISCURSO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(1992-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Rodrigues Silame

ALFENAS/MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Neves, Bruna Ferreira das.

Desmilitarização das polícias no Brasil: uma análise de conteúdo do discurso parlamentar na Câmara dos Deputados (1992-2020) / Bruna Ferreira das Neves. - Alfenas, MG, 2026.

56 f. : il. -

Orientador(a): Thiago Rodrigues Silame.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) -
Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2026.

Bibliografia.


1. Desmilitarização das Polícias. 2. Discurso Parlamentar. 3. Análise de Discurso. 4. Câmara dos Deputados. 5. Segurança Pública. I. Silame, Thiago Rodrigues, orient. II. Título.

BRUNA FERREIRA DAS NEVES

DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO
DO DISCURSO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1992-2020)


A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 16 de Março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 THIAGO RODRIGUES SILAME
Data: 07/04/2026 21:31:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Orientador: Prof. Dr. Thiago Rodrigues Silame

Universidade Federal de Alfenas

Documento assinado digitalmente
 SARA ESTHER DIAS ZARUCKI TABAC
Data: 09/04/2026 10:42:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr. Sara Esther D. Zarucki Tabac

Universidade Federal de Alfenas

Documento assinado digitalmente
 LUCAS CID GIGANTE
Data: 10/04/2026 08:59:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Cid Gigante

Universidade Federal de Alfenas

Dedico este trabalho à memória de duas mulheres fundamentais em minha vida. À Leila Ferreira, minha mãe, que plantou em mim a semente da resiliência, e a Maria Alferina, minha avó materna, alicerce de nossa força. Mulheres de pouca escolaridade formal, que fizeram do trabalho e do amor as nossas ferramentas de sobrevivência. Sou a primeira de nossa família a ocupar espaço em uma universidade pública, honro cada degrau que elas construíram no silêncio. Este espaço é uma conquista nossa e uma resposta ao passado. Continuamos na luta, com a certeza de que a vitória de uma é a vitória de todas. É por nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), instituição que foi o primeiro degrau e o mais importante da minha formação. Minha gratidão se estende a todo o corpo docente que atravessou minha trajetória acadêmica, cada um foi essencial para minha construção como sujeito ativo no mundo, de forma pessoal, intelectual e profissional.

Ao professor Thiago Rodrigues Silame, expresso minha profunda gratidão por ter me orientado neste trabalho, e por ser um grande incentivador para que eu siga me dedicando à vida acadêmica e me potencializando como pesquisadora.

A Seu Carlos e Dona Beth, cujas presenças em minha vida abriram portas e janelas para um novo futuro. Através do incentivo aos estudos, ampliaram meu olhar e me mostraram que é, sim, possível uma jovem de baixa renda, vinda da escola pública, ocupar as universidades federais. Sem o apoio de vocês, este capítulo da minha história sequer existiria.

Ao meu companheiro, que caminhou ao meu lado por caminhos muitas vezes árduos e repletos de aventuras. Sua paciência e apoio incondicional fizeram de você o meu braço direito e minha maior fonte de força. Serei eternamente grata.

Por fim, aos amigos que a universidade me presenteou. Para esta carioca em terras mineiras, o acolhimento de vocês foi o abrigo necessário. Obrigada pelas felicidades e por terem transformado essa fase da minha vida em algo infinitamente especial.

RESUMO

A violência institucionalizada no Brasil, manifestada principalmente por meio da violência policial, é um problema crítico e de longa data que afeta significativamente a sociedade. As raízes históricas dessa violência, influenciadas por uma ideologia militarista, perpetuam uma cultura de confronto, autoritarismo e impunidade. Nesse contexto, a desmilitarização das polícias surge como uma alternativa promissora para reduzir abusos, torturas, execuções extrajudiciais e o uso excessivo da força, fomentando uma cultura institucional mais voltada para os direitos humanos. Com isso, este trabalho tem como objetivo analisar o debate parlamentar sobre a desmilitarização das polícias no Brasil, no período de 1992 a 2020, com o intuito de compreender as estratégias de comunicação parlamentar. A pesquisa focará nas principais fases de comunicação dos discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados no intuito de verificar se a classificação ideológica dos partidos influencia o posicionamento dos e das parlamentares em relação ao tema. Em termos metodológicos o trabalho vale-se de técnicas de análise de discurso (AD) e análise de conteúdo (AC). Espera-se que a pesquisa identifique padrões de comunicação parlamentar, as principais argumentações utilizadas pelos deputados e as diferentes perspectivas sobre a desmilitarização das polícias, contribuindo para o debate sobre a temática e a compreensão do papel do Legislativo na construção de políticas públicas voltadas à área de segurança pública.

Palavras-chave: Desmilitarização das Polícias; Discurso Parlamentar; Análise de Discurso; Câmara dos Deputados; Segurança Pública.

ABSTRACT

Institutionalized violence in Brazil, primarily manifested through police violence, is a critical and long-standing issue that significantly affects society. The historical roots of this violence, influenced by a militaristic ideology, perpetuate a culture of confrontation, authoritarianism, and impunity. In this context, the demilitarization of police forces emerges as a promising alternative to reduce abuses, torture, extrajudicial executions, and the excessive use of force, fostering an institutional culture more oriented toward human rights. Accordingly, this study aims to analyze the parliamentary debate on the demilitarization of police forces in Brazil from 1992 to 2020, in order to understand the strategies of parliamentary communication. The research will focus on the main communication phases of the parliamentary speeches delivered in the Chamber of Deputies to verify whether the ideological classification of political parties influences the positioning of parliamentarians regarding the theme. Methodologically, the study employs Discourse Analysis (DA) and Content Analysis (CA) techniques. It is expected that the research will identify patterns in parliamentary communication, the primary arguments used by deputies, and the different perspectives on police demilitarization, contributing to the debate on the subject and to the understanding of the Legislative branch's role in the construction of public policies in the area of public security.

Keywords: Police Demilitarization; Parliamentary Discourse; Discourse Analysis; Chamber of Deputies; Public Security.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	12
3. COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES E ANÁLISES DISCURSIVAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	16
4. METODOLOGIA.....	18
5. ANÁLISE E RESULTADOS.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
7. REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O debate legislativo sobre a desmilitarização das polícias dentro da Câmara dos Deputados (CD) tem sido constante desde a redemocratização do Brasil, sofrendo variações e nuances em períodos específicos. Até o momento, nenhuma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre a desmilitarização foi aprovada, embora o assunto apareça de tempos em tempos na opinião pública. A desmilitarização implica numa mudança significativa na estrutura dos órgãos de segurança pública, delineando novos parâmetros para o artigo 144 da Constituição Federal (CF). As PECs que abordam a desmilitarização das polícias são frequentemente arquivadas com a justificativa de que são um tema complexo, exigindo um estudo mais aprofundado e a ampla participação da sociedade.

A violência institucionalizada¹ no Brasil, manifestada principalmente pela violência policial, é um problema crônico e de longa data que afeta significativamente a sociedade, sobretudo, os mais pobres. As raízes dessa violência, influenciadas por uma ideologia militarista, perpetuam uma cultura de confronto, autoritarismo e impunidade. Nesse contexto, a desmilitarização das polícias surge como uma alternativa para reduzir abusos, torturas, execuções extrajudiciais e o uso excessivo da força, fomentando uma cultura institucional mais voltada para os direitos humanos.

O foco desta pesquisa é analisar o debate parlamentar sobre a desmilitarização das polícias, investigando os discursos dos e das parlamentares na CD no período de 1992 a 2020. O objetivo principal é compreender as estratégias de comunicação parlamentar considerando as principais fases de comunicação, e o posicionamento ideológico dos deputados em relação ao tema. A pergunta que orienta este TCC está formulada da seguinte forma: O posicionamento favorável ou contrário a desmilitarização das polícias militares varia em função da ideologia do parlamentar²? A hipótese trabalhada é a de que parlamentares filiados à partidos de esquerda terão maior propensão em defenderem a desmilitarização e deputadas e deputados de direita serão contrários.

Para analisar as estratégias de comunicação é necessário considerar as regras que disciplinam os discursos parlamentares segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). O ambiente parlamentar possui dinâmicas, normas e restrições próprias

¹ A violência institucionalizada pode ser compreendida como a violência que é sistematicamente perpetuada por instituições sociais e políticas, como o Estado, forças policiais, e sistemas de justiça, e que é legitimada ou normalizada dentro dessas estruturas, podendo ser física ou simbólica.

² A proxy para ideologia será a filiação partidária.

que influenciam diretamente a construção e articulação dos discursos políticos. Portanto, é essencial ponderar que esses pronunciamentos estão sujeitos a regras específicas que impactam diretamente a seleção dos temas abordados, o tom utilizado e os interlocutores privilegiados. Compreender essas particularidades é fundamental para que a análise de conteúdo possa captar com precisão a lógica subjacente aos pronunciamentos e suas implicações.

A pesquisa segue uma abordagem quali-quantitativa. Primeiramente, foram coletados discursos parlamentares nas notas taquigráficas da CD³ das sessões plenárias e reuniões das comissões. Os discursos coletados foram organizados em um banco de dados no *Google Planilhas*, servindo como base para análises estatísticas descritivas. A análise de discurso é utilizada como método para entender o contexto mais amplo e as práticas simbólicas envolvidas nos discursos, enquanto a análise de conteúdo será aplicada como técnica científica para examinar os dados específicos dos discursos.

Desta forma, a segurança pública se apresenta como um problema político complexo que exige atenção prioritária. Definir prioridades, criar políticas adequadas e implementar ações efetivas são responsabilidades de uma política democrática, e não militarizada. Nesse cenário, surgem algumas questões: quais medidas estão sendo discutidas na Câmara dos Deputados sobre a segurança pública? Quais são os propósitos desses discursos e que projeto os parlamentares desejam construir em relação ao papel das policiais militares? Quais são os argumentos a favor e contra a desmilitarização das polícias na Câmara dos Deputados? Essas questões ajudam a compreender o debate sobre a desmilitarização das polícias no Brasil, elucidando as estratégias de comunicação parlamentar, os posicionamentos ideológicos e partidários, e os projetos de segurança pública defendidos pelos deputados.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira seção aborda a desmilitarização das polícias e a segurança pública no Brasil, contextualizando as raízes históricas da violência institucional e a influência da ideologia militar. A segunda seção discute as comunicações parlamentares e as análises discursivas, examinando o papel do RICD na organização do debate. A terceira seção detalha a metodologia da pesquisa, descrevendo a aplicação da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise de Discurso (AD), bem como os procedimentos de coleta e classificação ideológica dos partidos políticos analisados. A quarta seção apresenta a análise dos resultados, investigando as estratégias de comunicação

³ É possível acessar as notas taquigráficas no seguinte endereço eletrônico: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Data de acesso 11 dez. 2025.

e os posicionamentos ideológicos dos parlamentares frente ao tema. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre o estudo realizado.

2. DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Este trabalho foca no debate parlamentar sobre a desmilitarização das polícias no Brasil. Para compreender esse debate, é necessário analisar o contexto mais amplo, as políticas de segurança pública no país, que são influenciadas por uma ideologia militar herdada de períodos autoritários⁴. Teles e Safatle (2010) referem-se a esse fenômeno como a “exceção brasileira”, apontando para a peculiaridade do regime militar no Brasil, onde a violência estatal e práticas autoritárias se tornaram comuns, deixando uma marca negativa na sociedade contemporânea. A atuação da polícia militar exemplifica como essa herança histórica continua a influenciar abordagens ineficazes e frequentemente associadas a intervenções repressivas do Estado.

Batista (2011) com base nas críticas de Zaffaroni (2003), constata como a violência e a repressão das forças de segurança pública brasileiras se alimentam de um passado colonial e autoritário⁵. As práticas contemporâneas, segundo o autor, ainda carregam a marca do século XIX, especialmente no que se refere ao controle urbano e à repressão social. A herança colonial e escravocrata se manifesta nas operações de controle urbano, que, originalmente, visavam monitorar e restringir a movimentação de escravos libertos. A transição da ditadura militar para a democracia, embora tenha “mudado o foco”⁶ da violência estatal, não a eliminou, apenas a deslocou do paradigma da segurança nacional para o da segurança urbana (Zaffaroni, 2003 *apud* Batista, 2011).

Lima e Oliveira (2016) argumentam que a militarização não se limita às forças policiais, mas se estende à própria política, pois a definição de “inimigo” do Estado é uma construção política. Essa contaminação revela como o autoritarismo e a cultura do confronto se espalham pelas instituições, corroendo os valores democráticos. A militarização da política leva à força bruta como principal ferramenta para resolver conflitos, resultando em uma escalada da violência e criminalização de grupos sociais, minando o espaço do diálogo e da

⁴ O intuito não é se aprofundar nas políticas e projetos. O objetivo aqui é oferecer um panorama geral e objetivo das raízes históricas da ideologia militarista no sistema contemporâneo, destacando a proposta da desmilitarização como uma reforma democrática lúcida e viável para a Polícia Militar.

⁵ Embora Zaffaroni (2003) não se concentre especificamente no caso brasileiro, sua análise da história da América Latina serve como um espelho para a realidade brasileira. Ao utilizarmos Batista (2011), podemos observar como o histórico brasileiro se encaixa nesse contexto mais amplo, refletindo as mesmas tendências de violência e repressão.

⁶ As aspas são necessárias porque, na prática, o foco da violência estatal não mudou. A população negra, assim como na época escravocrata, continua sendo criminalizada e vulnerabilizada.

negociação. Exemplos incluem o discurso de “guerra às drogas”, que rotula usuários e traficantes como “inimigos” do Estado, justificando o uso da força e da violência policial, a militarização da polícia em áreas periféricas e favelas⁷, juntamente com a criminalização da pobreza, fazendo com que a população mais vulnerabilizada seja vista como “inimiga” do Estado.

Medeiros (2005), ao citar WOLA⁸ (1995), Neid (1995), Call (2002) e Isacson (1997), destaca a desmilitarização das polícias como um passo crucial para a abertura política, exemplificando com os casos de El Salvador e Haiti⁹, onde isso foi fundamental para a transição para regimes democráticos. O principal objetivo dessa reforma era evitar a repetição dos abusos contra os direitos humanos cometidos pelos regimes militares, promovendo a criação de forças civis de segurança.

Medeiros (2005) argumenta que a desmilitarização do policiamento ostensivo no Brasil não é apenas uma questão constitucional, mas também envolve uma mudança profunda na legislação e na cultura policial. Ele ressalta a permanência de dispositivos legais que perpetuam o modelo policial autoritário, defendendo que a “militarização” das polícias brasileiras vai além da nomenclatura, abrangendo a estrutura, o comando e o tratamento dispensado aos seus membros, ou seja, o conjunto de privilégios, direitos e responsabilidades que os policiais militares possuem em relação aos demais cidadãos. Podemos citar como exemplos disto no Brasil: i) o foro privilegiado, onde policiais militares, em muitos casos, são julgados pela Justiça Militar, resultando em impunidade para crimes contra civis; ii) a estrutura hierárquica das polícias militares, com um comando centralizado e uma rígida cadeia de comando, que contribuem para uma cultura de autoritarismo e dificultam a responsabilização por abusos; iii) o treinamento militarizado, focado em técnicas de combate e controle, reforçando a visão de que a polícia é uma força de repressão e não de proteção, além disso, muitos desses treinamentos acabam violando os Direitos Humanos dos próprios policiais, os submetendo a abusos físicos e psicológicos e; iv) a cultura de violência presente nas corporações, com tolerância a abusos e impunidade para crimes cometidos por policiais.

⁷ As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) servem de exemplo. Implantadas no Rio de Janeiro a partir de 2008, como uma tentativa de reestruturar a segurança pública nas favelas cariocas. Trata-se da concentração de forças militarizadas em áreas pobres, onde a polícia faz a gestão da vida dos moradores através do controle territorial dentro do paradigma bélico.

⁸ Washington Office on Latin America (WOLA) é uma organização não governamental dedicada à promoção de direitos humanos e da democracia na América Latina.

⁹ Embora o Haiti e El Salvador tenham passado por processos de desmilitarização no passado, atualmente ambos os países estão experimentando tendências de remilitarização em suas abordagens de segurança pública. Esse fato reflete os desafios contínuos que os países da América Latina enfrentam em termos de estabilidade, segurança e consolidação democrática.

Cardia (1997) argumenta que esses elementos autoritários corroem o relacionamento entre a polícia e a população, minando a confiança nas instituições de segurança. Em sua análise sobre a consolidação democrática no Brasil, destaca que a imagem negativa da polícia é uma herança do período autoritário e fruto da má performance policial. A autora também destaca o medo persistente da população em relação à polícia, mesmo após o fim da ditadura. Enquanto a classe média e alta pode ter superado esse medo, as classes marginalizadas e vulnerabilizadas continuam a viver em tensão e temor da polícia. É evidente que o tratamento dado pela polícia varia de acordo com a posição de poder do indivíduo, ou seja, sua classe social, especialmente no contexto de registro de ocorrências policiais. Fato também observado por Soares (2019).

A CF de 1988 reconhece a segurança pública como um direito social fundamental, essencial para a promoção do bem-estar e da justiça. No entanto, é necessário questionar as práticas adotadas pelas instituições de segurança, especialmente quando utilizam métodos autoritários como forma de coação social. O desafio está em distinguir abordagens que garantem a segurança daquelas que resultam em violência institucionalizada. É crucial analisar a presença dessa cultura autoritária dentro das estruturas policiais, focando em como a militarização impacta nas abordagens, táticas e métodos utilizados, muitas vezes resultando em ações desrespeitosas aos direitos humanos. Apesar do ideal do Estado Democrático de Direito trazido pela CF 1988, há um distanciamento entre princípios democráticos e a prática das instituições de segurança pública do país. Violações de direitos humanos persistem, refletidas em dados estatísticos que demonstram inúmeros episódios de violência policial e a presença de doutrinas autoritárias que impactam negativamente a sociedade e contrariam a própria Constituição¹⁰.

Soares (2019) apresenta propostas e estratégias para reformar a segurança pública no Brasil, destacando a importância de mudanças estruturais para criar uma polícia mais eficaz, transparente e responsável. Em linhas gerais, o autor argumenta que o modelo atual é profundamente falho e insustentável. Ele enfatiza a necessidade de uma abordagem baseada nos direitos humanos fundamentais, maior autonomia aos estados federativos para gerenciar suas forças policiais de maneira mais eficaz e adequada às suas realidades locais, e uma

¹⁰ Pode-se consultar essas informações nos relatórios do Fórum de Segurança Pública, especialmente o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado anualmente. O Anuário contém dados sobre a violência policial, incluindo informações sobre letalidade policial, no geral, mortes de civis e militares em confronto. Disponível em: [Anuário Brasileiro de Segurança Pública - Fórum Brasileiro de Segurança Pública \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br/). Acesso em: 29/06/2024.

mudança do policiamento reativo para o preventivo. Soares (2019) também aborda que políticas públicas precisam combater a racialização da violência policial.

Segundo o autor, a militarização das polícias ostensivas no Brasil gerou, na contemporaneidade, uma lógica perversa de “morte sem custo”, onde a vida humana se tornou negociável. Soares (2019) argumenta que, a ausência de consequências para o ato de matar, especialmente jovens pobres e negros, cria um ciclo vicioso de violência e corrupção que se “retroalimenta”, impedindo a construção de uma sociedade justa e segura. Quando polícia e crime se confundem, a insegurança se torna generalizada, pois a população perde a confiança nas instituições e na justiça. Essa ideologia militarista fomenta uma economia de corrupção organizada e profissionalizada, com pactos entre policiais e criminosos utilizando os aparatos da segurança pública para oprimir, matar e inflacionar o valor da vida¹¹.

Segundo Soares (2019), a desmilitarização é uma maneira de transformar as instituições policiais em entidades mais alinhadas aos princípios dos direitos humanos, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança, afastando-se da estrutura militarizada que historicamente influenciou suas operações. Ele defende a necessidade de uma refundação das instituições policiais, com foco na ética, na legalidade, na justiça social e na superação do racismo estrutural, transformando as relações entre Estado e sociedade, especificamente entre o Estado e as camadas sociais mais vulnerabilizadas.

Assim sendo, a lógica de funcionamento das polícias militares no Brasil é caracterizada por práticas arcaicas e violentas. Estas práticas se manifestam na forma como o Estado controla e reprime a população, refletindo uma cultura de brutalidade e impunidade que perdura nas instituições brasileiras, um legado histórico que precisa ser combatido para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é crucial uma mudança profunda na legislação, na cultura policial e na estrutura de comando das polícias. A análise dos discursos parlamentares sobre a desmilitarização da polícia na Câmara dos Deputados, assume relevância ao revelar como ideologias afetam os posicionamentos políticos sobre as políticas de segurança pública de forma geral e sobre a desmilitarização de forma específica. A pesquisa oferece informações importantes sobre as diversas perspectivas e propostas, contribuindo para a compreensão da complexa relação entre discurso político e a prática de segurança pública no país.

¹¹ A ascensão das milícias no Rio de Janeiro é o exemplo. Essa organização criminosa se alimenta da corrupção policial e da violência, muitas vezes substituindo o tráfico de drogas, impondo um controle territorial e uma tirania sobre as comunidades (Soares, 2019).

3. COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES E ANÁLISES DISCURSIVAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Desde os tempos antigos, reconhece-se que o discurso político não é apenas uma forma de comunicação, mas uma ferramenta vital para moldar opiniões, tomar decisões e orientar ações na esfera pública. Aristóteles examinou o poder do discurso (logos) e a natureza política do ser humano, estabelecendo uma conexão crucial entre política e discurso. Esta visão destaca que a linguagem, como meio de materialização do discurso, está profundamente ligada à prática política (Aristóteles, 1979 apud Bakker; Yared 2013).

Moreira (2016, p. 25) destaca a comunicação como um instrumento fundamental da política, central nas relações de poder e na representação em regimes democráticos modernos. Atualmente, estudos sobre discursos parlamentares são usados sistematicamente na Ciência Política para diagnósticos de agendas e políticas públicas (Silva, 2020). Contudo, Moreira (2016, p. 26) aponta que a maioria desses estudos explora pouco a comunicação parlamentar, concentrando-se principalmente em momentos informais de comunicação, como entrevistas, discursos em eventos e campanhas eleitorais.

Pereira Braz (2018, p. 112-113) considera o discurso parlamentar um subgênero do discurso político, ou seja, uma categoria dentro de um sentido mais amplo, com os parlamentares (deputados, senadores, etc.) como agentes do discurso. O discurso político é qualquer fala proferida por profissionais da política no exercício de suas funções, e tanto o discurso parlamentar quanto o discurso político em geral se enquadram no discurso público, que abrange todas as comunicações voltadas ao público, podendo ocorrer em espaços institucionais ou não (Pereira Braz, 2018).

Segundo Moreira (2016), os estudos sobre a comunicação parlamentar frequentemente negligenciam os momentos institucionais previstos pelo RICD, como sessões plenárias, comissões e audiências públicas, que são cruciais para o funcionamento do parlamento. É nesses momentos que os parlamentares debatem, votam, fiscalizam o governo e elaboram leis. A comunicação nesses contextos é fundamental para a construção de consensos, a tomada de decisões e a representação dos interesses da sociedade. Portanto, destaca-se a necessidade de pesquisas focadas em discursos formais e ritualizados. A falta de conhecimento sobre a comunicação parlamentar nesses momentos institucionais impede uma compreensão e análise aprofundada do funcionamento do parlamento e de suas relações na *práxis* social. Esse tipo de estudo mostra-se relevante para apurar as particularidades da comunicação parlamentar e seu impacto na vida política e social do país.

Silva (2020) ressalta a importância de considerar as regras e dinâmicas específicas do ambiente parlamentar ao analisar a comunicação dos agentes políticos durante as sessões plenárias. Ele argumenta que, ao contrário de outras áreas, a análise de conteúdo no contexto legislativo exige atenção especial às normas e restrições que moldam o debate parlamentar, pois essas regras influenciam diretamente como os discursos são construídos e articulados pelos políticos. Assim sendo, o RICD determina, por exemplo, a seleção dos temas abordados, o tom utilizado, os interlocutores privilegiados, a duração dos discursos e a ordem de fala. Portanto, essas regras limitam a liberdade de expressão dos parlamentares e moldam a forma como eles se comunicam. Compreender as regras e o funcionamento do debate legislativo permite que o pesquisador identifique as estratégias discursivas, os objetivos e as relações de poder presentes nos discursos (Silva, 2020).

Com base na tese de Carvalho (2002, *apud* Balbani, 2019, p. 845), o processo legislativo deve ser entendido como um sistema que delibera sobre valores. Portanto, de acordo com o autor, o processo legislativo não é apenas uma sequência lógica de etapas, mas reflete e responde às demandas e expectativas da sociedade, moldando a criação de políticas que resolvam problemas públicos. Deliberar, no contexto legislativo, envolve os legisladores debatendo diferentes aspectos e perspectivas de valores, interesses, consequências e necessidades da sociedade para garantir que as decisões sejam bem fundamentadas e voltadas à coletividade (Carvalho, 2002, *apud* Balbani, 2019).

O RICD define diferentes tipos de comunicações e sessões, cada uma com finalidades e regras específicas. Alguns momentos são deliberativos, enquanto outros têm funções informativas ou de comunicação, sem a deliberação formal sobre propostas legislativas. A Ordem do Dia, por exemplo, é claramente deliberativa, enquanto outros momentos podem não ter esse caráter. Por isso, é fundamental analisar cada sessão dentro do contexto do RICD para entender seu propósito e determinar se o discurso é deliberativo. Compreender a estrutura dos discursos parlamentares é muito importante para a análise de conteúdo desses pronunciamentos.

Para entender a dinâmica do discurso parlamentar no Brasil, especialmente no contexto da desmilitarização das políticas, é essencial considerar as fases de comunicação parlamentar. Aprofundar-se nas regras e procedimentos do RICD, ou seja, no contexto institucional no qual os e as parlamentares exercem sua oratória e como essas regras influenciam diretamente a frequência e a ênfase temática dos pronunciamentos (Moreira, 2016). Além disso, o estudo dessas fases é essencial para a análise de conteúdo dos discursos,

como mencionado por Silva (2020), e demonstra como o poder é estruturado e exercido através da regulamentação da fala no parlamento.

As fases de comunicação estabelecidas pelo RICD são o palco do debate político formal no Brasil, fornecendo um contexto importante para a análise do discurso político, das relações de poder e da representação democrática no país. Elas moldam a forma como os parlamentares se expressam e, conseqüentemente, como as questões políticas, incluindo temas como desmilitarização e segurança pública, são abordadas no âmbito legislativo.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada combina elementos qualitativos e quantitativos para analisar o debate parlamentar sobre a desmilitarização das polícias. Os dados foram coletados nas Notas Taquigráficas disponíveis na página da Câmara dos Deputados. Para a seleção, utilizou-se a palavra-chave “desmilitarização”, priorizando textos integrais do período pós-1988, após a Constituição.

Inicialmente, o levantamento identificou 179 discursos registrados entre 1990 e 2020. No entanto, após uma análise criteriosa, foram mantidos apenas aqueles que tratavam diretamente da desmilitarização das polícias militares, excluindo menções à desmilitarização de outras instituições. Adicionalmente, foram aplicados critérios de exclusão quanto à autoria e ao tipo de sessão, foram descartados os discursos proferidos em Comissão Geral, visto que estes espaços frequentemente contam com oradores externos, como representantes de organizações da sociedade civil, líderes sindicais ou membros do Ministério Público, sem filiação partidária, o que fugiria ao objetivo de analisar a influência da ideologia política sobre os discursos. Da mesma forma, foi excluído um discurso realizado em sessão solene, vinculado a um requerimento de homenagem, por não constituir parte do debate formal sobre o tema. Esse processo resultou em um corpus final de 123 discursos proferidos entre 1992 e 2020.

A coleta foi realizada entre 16 de abril a 21 de maio de 2024, período em que o banco da Câmara disponibilizou apenas registros até o ano de 2020, o que delimitou o recorte temporal da pesquisa. A distribuição dos discursos selecionados ficou da seguinte forma, 29 discursos nas Breves Comunicações, 6 nas Comunicações Parlamentares, 28 no Grande Expediente, 21 na Ordem do Dia e 39 no Pequeno Expediente.

Os dados foram organizados em um banco de dados no Google Planilhas, categorizando os discursos por variáveis como data, ano, orador, partido político, ideologia,

estado federativo e posicionamento em relação à desmilitarização. Essa etapa permitiu realizar uma análise exploratória utilizando estatísticas descritivas, produzindo gráficos que fornecem um panorama dos discursos. Isso ajudou a contextualizar os resultados da análise de conteúdo, como as estratégias de comunicação parlamentar, os atores políticos (deputados e partidos), a ideologia política, a variação do debate ao longo dos anos e o posicionamento (favorável ou contrário) diante da desmilitarização das polícias.

Foram consideradas diferentes fases de comunicação parlamentar. O RICD constitui cinco fases principais de comunicação, cada uma com características e finalidades específicas que orientam significativamente as estratégias discursivas dos deputados, são elas: as Breves Comunicações, devido ao seu caráter de urgência, permitindo que os parlamentares tragam questões imediatas ou conjunturais. O Pequeno Expediente, por permitir um espaço livre para manifestações de interesse de pautas e posicionamento individual. O Grande Expediente, por disponibilizar maior tempo de fala com discursos mais densos, onde oferece possibilidade de apartes. A Ordem do Dia, por ser um momento de deliberação e votação das matérias legislativas, onde os discursos se conectam diretamente às decisões políticas. E, por fim, as Comunicações Parlamentares, por constituírem um espaço utilizado para manifestações oficiais de partidos e bancadas. Cada fase varia em duração, formato e objetivo, como ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Comparativo dos Momentos Institucionais com base no RICD.

Momentos Institucionais	Propósito	Duração	Ordem	Temas
Breves Comunicações	Permitir que os deputados façam comunicações rápidas sobre diversos assuntos de interesse. Sem foco deliberativo.	Cada deputado tem até 5 minutos para se pronunciar, não sendo permitido apartes.	A inscrição dos oradores segue a ordem do pedido. Esta etapa não faz parte da sequência regular das sessões ordinárias. Ocorre caso haja tempo disponível após o Pequeno Expediente.	Os deputados podem abordar qualquer tema de sua escolha, desde que respeitem a ordem e a disciplina da sessão.
Pequeno Expediente	Destinado a comunicações e manifestações breves sobre assuntos diversos. Sem caráter deliberativo.	Cada deputado dispõe de até 5 minutos para se manifestar, não sendo permitido apartes.	Os oradores são chamados pela ordem de inscrição. O Pequeno Expediente ocorre após a leitura do expediente e antes da Ordem do Dia.	Não há exigência de temas específicos, permitindo liberdade de expressão para os parlamentares.
Grande Expediente	Espaço para a apresentação de discursos mais	Cada deputado tem até 25 minutos para o	Os deputados são convocados mediante sorteio	Os discursos podem tratar de qualquer assunto,

Momentos Institucionais	Propósito	Duração	Ordem	Temas
	longos e aprofundados sobre temas de relevância.	pronunciamento, incluído nesse tempo os apartes.	eletrônico. O Grande Expediente ocorre após o Pequeno Expediente.	permitindo ao deputado discorrer detalhadamente sobre questões de interesse.
Ordem do Dia	Momento dedicado à deliberação e votação de matérias legislativas a serem discutidas e votadas.	Não há um tempo fixo, pois depende da pauta do dia e do número de matérias a serem discutidas e votadas.	A sequência das matérias a serem discutidas e votadas é definida pela Presidência da Câmara, seguindo a pauta previamente estabelecida.	Exclusivamente temas relacionados à deliberação e votação de projetos e proposições legislativas.
Comunicações Parlamentares	Espaço para manifestações partidárias sobre temas diversos.	Cada partido ou bloco parlamentar representado pelo deputado tem até 10 minutos para o pronunciamento. É permitido apartes.	Os deputados são chamados pela ordem de inscrição das lideranças partidárias. As Comunicações Parlamentares são realizadas apenas quando há tempo remanescente após a conclusão da Ordem do Dia.	Podem abranger uma grande variedade de assuntos, desde que não interfiram diretamente na pauta legislativa.

Fonte: Elaboração própria com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)¹².

Observa-se que as Breves Comunicações e o Pequeno Expediente são destinados a manifestações rápidas sobre temas diversos, enquanto o Grande Expediente permite discursos mais longos e aprofundados. A Ordem do Dia é a fase mais deliberativa, onde ocorrem debates e votações sobre projetos de lei e políticas públicas em pauta. É essencial destacar que nem todos os discursos na Câmara têm caráter deliberativo, algumas fases, como as Comunicações Parlamentares, servem mais para posicionamentos partidários, sendo abertas a apartes, mas sem necessariamente resultarem em deliberações formais.

O Quadro 2 detalha as cinco fases de comunicação parlamentar previstas pelo RICD, juntamente com as estratégias discursivas que os deputados podem adotar em cada uma delas. Esse quadro ajuda a entender como os diferentes momentos de comunicação parlamentar podem ser utilizados pelos deputados para promover suas agendas, defender ou criticar propostas e participar ativamente no processo legislativo.

¹² Especificamente: art. 66, p.45; art. 73, p.46; art. 81, p.48; art. 87, p.49; art. 90, p.50 e art. 176, p.69 do RICD.

Quadro 2 - Momentos Institucionais: Estratégias Discursivas nas Comunicações Parlamentares

Momentos Institucionais	Estratégias Discursivas nas Comunicações Parlamentares
Breves Comunicações	Mensagens rápidas e objetivas para chamar atenção imediata a questões urgentes e específicas, criando impacto imediato sem necessidade de aprofundamento. Utilizadas para declarações curtas que capturem a atenção sem debates prolongados.
Pequeno Expediente	Discurso elaborado, porém, conciso, adequado para críticas detalhadas e defesa de iniciativas em andamento. Usado para introduzir novos tópicos ou preparar o terreno para discussões mais aprofundadas.
Grande Expediente	Discussões profundas e detalhadas com discursos de grande impacto. Utilizado para elaborar argumentos complexos, defender ou criticar projetos de lei, articular estratégias políticas, e mobilizar apoio. Ideal para abordar questões complexas e propor mudanças legislativas substanciais.
Ordem do Dia	Focado na discussão e votação de proposições, influenciando diretamente o processo legislativo. Utilizado para defender ou criticar propostas, obstruir ou acelerar votações, e mobilizar votos conforme a estratégia política do partido.
Comunicações Parlamentares	Mensagens mais formais e estruturadas, frequentemente usadas para declarações oficiais, reforçar coesão interna, articulação de alianças, e comunicação direcionada à base eleitoral. Utilizado para responder críticas, reafirmar posicionamentos políticos, e destacar ações que atendam aos interesses eleitorais.

Fonte: Elaboração própria com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A análise de conteúdo, como técnica, permite descrever, analisar e interpretar sistematicamente os discursos, considerando não apenas a mensagem em si, mas também as condições de sua produção, as características dos emissores, os fundamentos e os possíveis efeitos das mensagens emitidas (Rezende; Fraga; Sol, 2022). Esta abordagem nos ajuda a identificar padrões, temas recorrentes e variações no discurso sobre a desmilitarização das polícias ao longo do período estudado.

A análise de discurso, especialmente sob uma perspectiva crítica, não se limita a examinar apenas palavras ou estruturas linguísticas isoladamente. Ela busca entender como essas palavras e estruturas se relacionam com o contexto social e histórico. Essa metodologia revela relações de poder e ideologias contidas nos discursos, indo além da análise textual pura, ao considerar elementos extralinguísticos que influenciam a produção e interpretação do discurso. Assim, foca-se na relação complexa entre o que é dito, como é dito e o contexto social mais amplo em que o discurso ocorre, conforme discutido por Rocha e Deusará (2005 *apud* Gonçalves, 2016).

Dessa forma, neste trabalho, a análise do discurso busca explorar não apenas as palavras escolhidas pelos deputados, mas também como essas escolhas refletem no debate político e social sobre a desmilitarização das polícias. Isso inclui a análise do contexto ideológico presente no discurso e como ele molda os argumentos e posicionamentos dos

deputados. O estudo discorre sobre as particularidades do ambiente legislativo, analisando como as regras, protocolos e dinâmicas próprias da Câmara dos Deputados influenciam na construção dos discursos. As condições específicas de produção desses discursos são investigadas, levando em conta fatores como o momento político e eventos relacionados à segurança pública.

Outro aspecto da análise do discurso utilizada é a investigação das representações imaginárias criadas pelos deputados, examinando como se posicionam enquanto defensores de certas ideias e como retratam apoiadores e opositores da desmilitarização. Além disso, são examinadas as práticas simbólicas usadas pelos parlamentares em seus argumentos, como metáforas, alusões históricas e referências culturais. Assim, a análise do discurso vai além do conteúdo explícito dos discursos parlamentares e busca apurar os significados implícitos, as estratégias retóricas e as influências ideológicas que norteiam o debate sobre a desmilitarização das polícias na Câmara dos Deputados.

Portanto, a análise de conteúdo será utilizada para examinar os dados específicos dos discursos, enquanto a análise de discurso permitirá compreender o contexto e as práticas simbólicas envolvidas. Essa metodologia visa investigar as condições de produção do discurso, considerando o contexto material e institucional, além das representações imaginárias dos agentes, além de descrever, quantificar e interpretar os conteúdos manifestos (Sampaio e Lycarião, 2021). A utilização desta metodologia, levando em consideração as particularidades do ambiente legislativo, pretende traçar um panorama do debate, identificando as diferentes perspectivas e argumentos em disputa, além de explorar a complexidade política e social relacionada à desmilitarização das polícias no Brasil.

Uma vez definido o método de análise, fez-se necessário classificar os partidos políticos para os fins desta pesquisa. A classificação dos partidos políticos no eixo ideológico é um desafio teórico e metodológico, devido à complexidade dos fatores que determinam a posição de uma agremiação política. Tarouco e Madeira (2013 *apud* Scheeffler, 2018) destacam que diversos métodos são utilizados para analisar o posicionamento dos partidos no espectro ideológico. Entre esses métodos estão a análise da percepção pública sobre os partidos, a avaliação de especialistas em Ciência Política, o estudo de manifestos e declarações oficiais, além da observação do comportamento dos parlamentares em suas atividades legislativas. Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) corroboram essa visão, argumentando que a clivagem ideológica entre os partidos é fundamental para compreender o comportamento legislativo e a gestão pública. Eles destacam que a análise das divisões ideológicas é frequentemente realizada por meio de estudos que examinam os programas

partidários, o comportamento eleitoral e a composição social dos partidos, como demonstrado por trabalhos de Franzmann e Kaiser (2006), Tarouco e Madeira (2013), e Carreirão (2006).

Essas divergências também se manifestam em questões de segurança pública, conforme aponta Souza (2009 *apud* Scheffer, 2018). A esquerda atribui a criminalidade a fatores estruturais, como desigualdade e falta de oportunidades, propondo políticas que visem reduzir essas desigualdades. Em contraste, a direita enfatiza a responsabilidade individual, vendo a criminalidade como resultado de escolhas pessoais e, portanto, priorizando políticas punitivas e de repressão. Essas diferentes abordagens refletem as prioridades ideológicas de cada espectro e influenciam diretamente o debate sobre desmilitarização no Brasil.

A filiação partidária dos deputados será utilizada como indicador de sua orientação ideológica, mesmo reconhecendo que, em alguns casos, os discursos individuais podem divergir das posições tradicionais do partido. Essa escolha metodológica reflete a elasticidade dos espectros ideológicos no Brasil, especialmente no contexto legislativo, onde os parlamentares podem apresentar comportamentos que nem sempre se alinham rigidamente com as diretrizes partidárias.

Para a classificação ideológica dos partidos, adotou-se uma abordagem integrada que considera a percepção de especialistas, a percepção pública (representação midiática) e as auto declarações dos próprios partidos, uma metodologia amplamente utilizada em estudos recentes da ciência política (Rodrigues Neto, 2009). Ao adotar essa abordagem, a pesquisa visa fornecer uma base segura para a análise dos discursos parlamentares sobre a desmilitarização das polícias, alinhando-se às tendências contemporâneas da Ciência Política. Os partidos foram organizados no eixo esquerda-centro-direita permitindo uma análise que reflete não apenas a ideologia declarada dos partidos, mas também suas ações concretas no contexto parlamentar.

Quadro 3 - Classificação das Categorias Ideológicas dos Partidos

Espectro Ideológico	Partidos Políticos
Esquerda	Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).
Centro	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Solidariedade (SD).
Direita	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido da Frente Liberal (PFL); Partido Progressista (PP); Partido da República (PR); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Social Cristão (PSC); Partido Social Liberal (PSL).

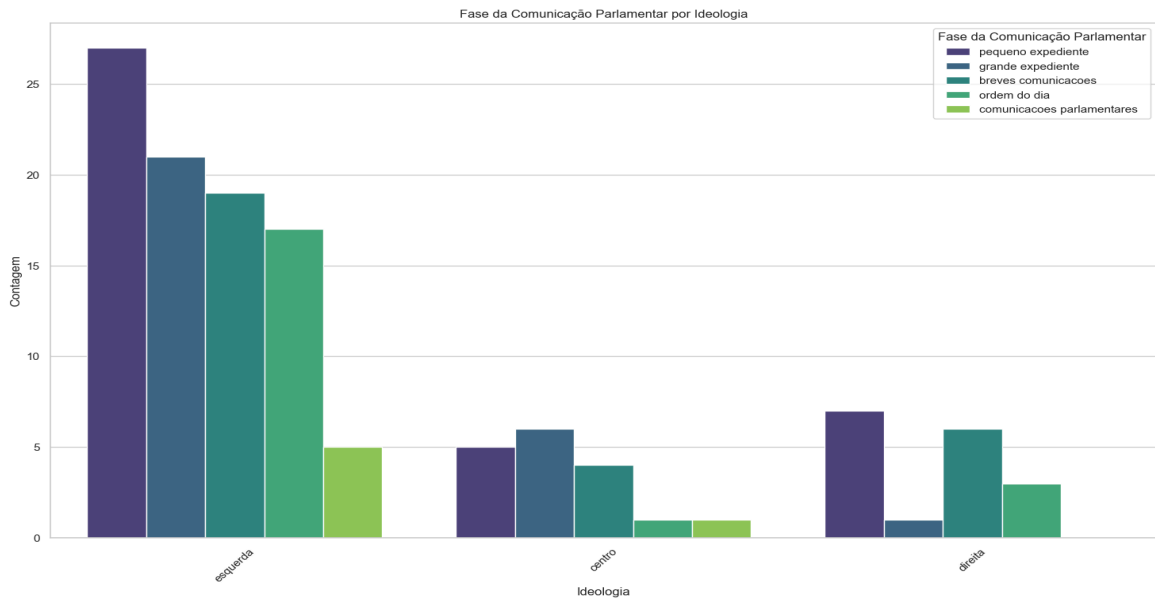
Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Franzmann e Kaiser (2006), Rodrigues-Neto (2009), Tarouco e Madeira (2013), Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

Nota-se pelo Quadro 3, como esta distribuição partidária nos debates sobre a desmilitarização das polícias reflete a complexidade e a diversidade de posicionamentos políticos sobre o tema. Ele evidencia como partidos de diferentes orientações ideológicas se engajaram nessa discussão na Câmara dos Deputados ao longo de quase três décadas.

5. ANÁLISE E RESULTADOS

Antes de discutirmos a análise temporal dos discursos, a pesquisa visa propor uma análise inicial sobre as estratégias de comunicação parlamentar dentro das principais fases de comunicação estabelecidas: breves comunicações, comunicações parlamentares, grande expediente, ordem do dia e pequeno expediente. Primeiramente, vamos analisar descritivamente a utilização de cada fase por ideologia política, para termos um panorama das estratégias de comunicação de cada espectro ideológico.

Gráfico 1 - Momentos Institucionais: estratégias discursivas nas comunicações parlamentares sobre a desmilitarização das polícias segundo ideologia (1992-2020)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

Conforme se pode ver no Gráfico 1, deputados vinculados aos partidos de esquerda proferem a maior quantidade de discursos, 89 (72,4%). Em comparação, os discursos proferidos pelo centro e pela direita não possuem diferença, direita e centro proferiram 17 discursos cada um, o que corresponde a 13,8%, totalizando 34 (27,6%) discursos os dois campos juntos.

Considerando a distribuição dos discursos por fase e ideologia, nota-se a preferência da esquerda em manter seus discursos dentro do pequeno expediente, 27 (30,3%). Como os discursos nessa fase de comunicação são mais concisos, eles ganham um caráter de intervenção e de “alerta”, que pode atingir diretamente o público sem ser interrompido ou diluído em longos debates. Além do mais, o pequeno expediente comumente é utilizado para “preparar o terreno” para futuras discussões, servindo como um “preâmbulo discursivo” para as fases de debates mais prolongadas. Por se tratar de um tema polêmico, a esquerda reconhece o pequeno expediente como um ótimo espaço para tratar sobre a desmilitarização das polícias. Esse tema geralmente enfrenta resistências em outras fases regimentais, sendo preterido por prioridades de outras pautas. A ocupação dessa fase pela esquerda faz dela uma precursora da temática, o que é comprovado pela diferença significativa da quantidade de discursos proferidos em relação aos outros espectros ideológicos. Dessa forma, ela tenta engajar e pressionar a inclusão da desmilitarização na agenda legislativa, se empossando desse tema como uma reafirmação da sua postura ideológica crítica à militarização, sem a necessidade de argumentações mais extensas e fragmentadas.

Para contextualizar a análise, apresentamos a seguir um discurso proferido pelo deputado Cyro Garcia (PT/RJ) no pequeno expediente, em 1992:

também estamos vendo, assustados, o que está acontecendo na capital do Estado de São Paulo. Como bem denunciou o jornalista Caco Barcellos após sete anos de pesquisa, mais de 50% das pessoas assassinadas pela ROTA eram inocentes. É um absurdo. E neste fim de semana os jornais de São Paulo publicaram notícias sobre mais assassinatos de pessoas inocentes, porque a PM é julgada pela própria PM, por tribunais militares, e fica tudo como está. Temos de exigir a desmilitarização da Polícia e que os crimes dos policiais militares sejam julgados pela Justiça comum, como o são os dos policiais civis (Deputado Cyro Garcia, PT-RJ, Câmara dos Deputados, Pequeno Expediente, 1992).

O discurso proferido pelo deputado faz parte de um período histórico em que o Brasil se consolidava democraticamente após o fim da ditadura militar (1964-1985), havendo um crescente movimento crítico ao papel militar na segurança pública. O deputado critica o fato de que a PM é julgada por tribunais militares, denunciando que isso perpetua a impunidade, defendendo que os crimes militares sejam julgados pela justiça comum, como os dos policiais civis, propondo uma mudança no sistema através da desmilitarização.

O discurso de Cyro Garcia no pequeno expediente evidencia a estratégia dos discursos dentro desta fase de comunicação parlamentar pelos deputados favoráveis, elaborando uma retórica crítica à militarização da polícia e defendendo a desmilitarização como uma forma de garantir justiça e reduzir a violência.

Nota-se no Gráfico 1 que a direita também opta em sua maioria por proferir os seus discursos relacionados ao tema no pequeno expediente, 7 (41,2%). A direita comumente assume uma postura mais conservadora em relação a mudanças estruturais na segurança pública, logo, esse controle da narrativa faz com que esse espectro ideológico consiga elaborar o seu discurso de permanência do *status quo* sem abertura para questionamentos e contradições, minimizando o diálogo sobre a desmilitarização. A estratégia discursiva estaria em enfatizar os seus argumentos-chave, sem ter que justificar extensivamente as razões retóricas, marcando a sua posição antes que o tema entre em fases regimentais de maior discussão, preparando sua base ideológica para argumentações futuras que defendem o modelo militarizado. Logo, essa estratégia adotada pela direita tem relação em tratar o tema de forma a impedir que outras visões ganhem o mesmo espaço e profundidade na fase introdutória de comunicação sobre a desmilitarização.

Para contextualizar a análise, apresentamos a seguir um discurso proferido pelo deputado Francisco Rodrigues (PTB/RR) no pequeno expediente, em 1993:

(...) as Polícias Militares fizeram por merecer um lugar de destaque nas páginas da história pátria, e seria no mínimo leviano ignorar esta verdade, legislando para a sua

extinção, pura e simples, sem que motivos fortes o justifiquem. Sendo, estrutura administrativa dos estados e representam o pilar de sustentação da segurança pública em todos os rincões do País, ao desempenharem as funções que constitucionalmente lhes são afetadas. Modificar a Constituição Federal para extinguir as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares é um gesto que não encontra ressonância no seio da população. Nenhuma das justificativas até aqui representadas resiste a uma análise séria e competente. Em termos técnicos, a eficácia operacional da Polícia Militar supera a da Polícia Civil. Não fora isso, e a maioria dos países civilizados já teria adotado a desmilitarização de suas polícias, o que não ocorre. A ninguém é dado desconhecer que a missão desempenhada pelos agentes da segurança pública exige de suas instituições uma organização rígida e fundamentada nos pressupostos da disciplina e da hierarquia, característicos de uma organização militar. Não é exagero considerar sob suspeição os defensores de idéias tão esdrúxulas, a julgar pela elevação dos índices de criminalidade em todas as capitais brasileiras (Deputado Francisco Rodrigues, PTB-RR, Câmara dos Deputados, Pequeno Expediente, 1993).

O discurso do deputado Francisco Rodrigues procura legitimar a presença das polícias militares como “*pilar de sustentação da segurança pública*”, evocando uma imagem de estabilidade e proteção dessa força militar à ordem social. Traz um apelo nacionalista, criando uma conexão entre a identidade nacional e a militarização, dando a entender que, questionar essa instituição é questionar a própria história do país. A estrutura do discurso do deputado é marcada por uma série de oposições que reforçam o posicionamento contrário à desmilitarização das polícias. Ao afirmar que “*nenhuma das justificativas até aqui apresentadas resiste a uma análise séria e competente*”, Francisco Rodrigues (PTB) procura desqualificar os argumentos dos seus opositores, os insinuando como desinformados ou ideologicamente motivados. Aqui, a crítica está direcionada aos defensores da desmilitarização que são descritos como “*suspeitos*” e cujas ideias são rotuladas de “*esdrúxulas*”, buscando desqualificá-los, além de trazer o apelo ao medo, fazendo um paralelo entre a desmilitarização e o aumento da criminalidade, dando a entender a proposta como algo desconectado dos interesses do povo e da ordem social, sendo uma ameaça velada à segurança. Para construir legitimidade em seu discurso, o deputado invoca os “*países civilizados*”, buscando alinhar sua posição com uma suposta norma internacional de polícia ostensiva militarizada, reforçando a ideia de que a militarização é a escolha “*certa*” e “*racional*”. Utiliza a comparação da polícia militar perante a polícia civil como uma validação do modelo militarizado “*a eficácia operacional da Polícia Militar supera a da Polícia Civil*”, porém não apresenta dados concretos e evidências dessa sua declaração.

Já o centro do espectro ideológico, diferente da esquerda e da direita, prefere proferir os seus discursos no grande expediente, 6 (35,3%). Sua escolha reflete a prioridade para tratar a desmilitarização de forma mais detalhada. O grande expediente proporciona um tempo maior para a criação de discursos mais convincentes e persuasivos, permitindo uma melhor

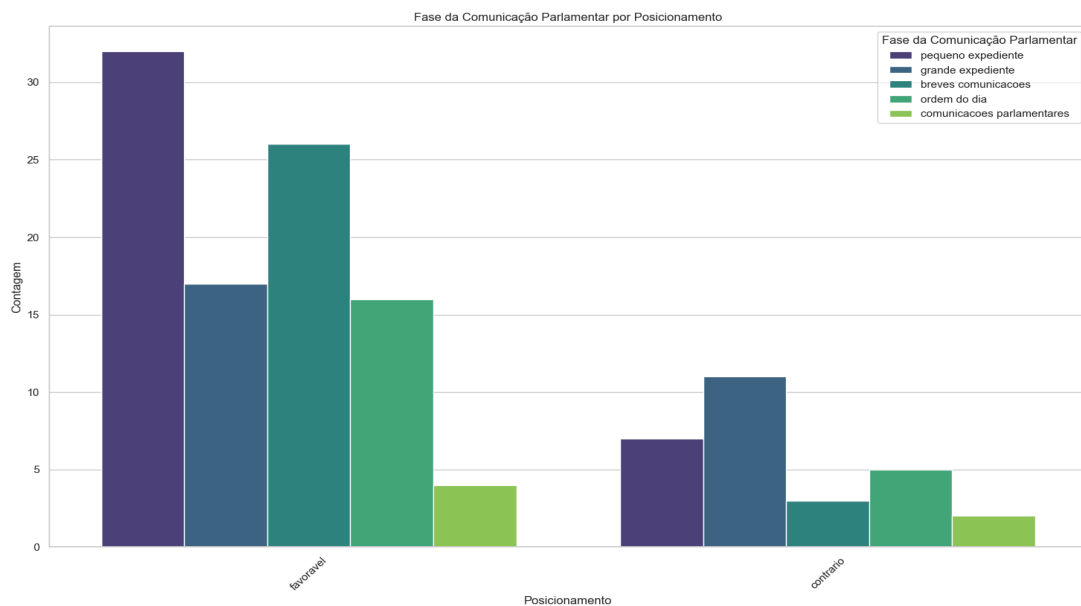
articulação de ideias e posições, mobilizando apoio ou construindo coalizões em torno de propostas. Os discursos do grande expediente são extensos, para contextualizar a análise, apresentamos a seguir apenas um trecho do discurso proferido pelo deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), em 2001, onde relata o seu descontentamento com a PEC 514/97 do Governo FHC, que abordava a reforma do sistema de segurança pública e do regime jurídico de seus servidores. Fraga é Coronel reformado da Polícia Militar e, apesar de ter atuado como deputado pelo PMDB, partido tradicionalmente associado ao centro do espectro ideológico, adotava uma retórica próxima à do deputado Francisco Rodrigues, representante da direita pelo PTB:

(...) meu conhecimento acerca da polícia não vem da televisão, dos jornais ou dos debates acadêmicos. Conheço a polícia no seu trabalho do dia-a-dia prestando socorro aos que são baleados, às mulheres estupradas, às mulheres que choram por seus maridos, mortos pela violência das ruas, aos órfãos que choram por seus pais assassinados. Conheço a realidade dos policiais que são mortos em serviço, e conheço a situação dos familiares desses policiais, que, na verdade, não recebem sequer um “muito obrigado” do Governo. Hoje o Brasil ostenta o maior índice de policiais assassinados do mundo. Mais de um policial por dia é assassinado em nosso País. Conheço, enfim, de perto essa realidade de miséria e de morte dos que trabalham nas polícias. Infelizmente, os membros deste Parlamento e os que trabalham nos palácios do Governo até hoje não conseguiram resolver a problemática da segurança pública, e têm sempre empurrado com a barriga essa questão até o próximo pleito eleitoral. Hoje, todos perguntam: qual é a razão da crise de segurança pública? As instituições estão falidas? As polícias militares não respeitam mais as leis e a hierarquia? A resposta a tudo isso está nos documentos desta Casa, nos vários projetos de lei que esta Casa possui, nos arquivos dos jornais e da televisão e na cartilha de orientação de alguns partidos políticos. Falta, porém, informação. O grande líder político Franklin Roosevelt já dizia que não devemos destruir as intuições, pois não se constrói um país sem instituições fortes e valorizadas. No Brasil, entretanto, dá-se o contrário: basta qualquer problema ou insatisfação social para se falar em extinção das polícias. (Deputado Alberto Fraga, PMDB-DF, Câmara dos Deputados, Grande Expediente, 2001).

A estratégia discursiva do deputado foi aproveitar o tempo prolongado do Grande Expediente para se posicionar como alguém que possui experiência direta com a realidade policial, afirmando que seu conhecimento não vem “*da televisão, dos jornais ou dos acadêmicos*”, aumentando a legitimidade de sua retórica ao criar uma oposição simbólica entre quem “*conhece a realidade*” e quem, segundo ele, “*empurra com a barriga*” a questão da segurança. Fraga utiliza representações que evocam a imagem heróica do policial, aquele que enfrenta a violência e a morte diariamente, e recorre a “*policiais assassinados*”, “*mulheres estupradas*” e “*órfãos que choram*” para personificar a vulnerabilidade e a dependência da sociedade perante a proteção policial, construindo um cenário de caos e insegurança para justificar a manutenção de uma estrutura militarizada.

Um fator analisado nos discursos contrários é que costumam utilizar o termo “*extinção das polícias*” ao invés da “*desmilitarização*”, levando a uma interpretação equivocada de que a proposta estaria atrelada à eliminação total das polícias. A escolha lexical constitui uma manipulação narrativa que deslegitima a proposta, apresentando a desmilitarização como uma ameaça à ordem e à segurança em vez de uma oportunidade de reforma na instituição. O grande expediente é um ótimo espaço para articulação, se tornando ideal para a construção desse tipo de narrativa. Ao recorrer a esse termo, os deputados criam um senso de urgência e um inimigo comum, mobilizando resistência à ideia de desmilitarizar.

Gráfico 2 - Momentos Institucionais: estratégias discursivas nas comunicações parlamentares segundo posicionamento em relação à desmilitarização das polícias (1992-2020)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

O Gráfico 2 complementa a análise do gráfico anterior, mostrando que o pequeno expediente é mais utilizado pelos parlamentares favoráveis à desmilitarização, 32 (33,7%), ou seja, os parlamentares favoráveis reconhecem o pequeno expediente como um espaço privilegiado para potencializar o seu posicionamento. O pequeno expediente é uma fase de comunicação mais voltada para o campo intervencionista, a estratégia estaria na construção de uma retórica impactante e concisa que não será diluída ou interrompida por outros parlamentares, sendo comumente utilizada como um preâmbulo discursivo.

Para contextualizar a análise, apresentamos a seguir um discurso favorável à desmilitarização das polícias, proferido pelo deputado Amauri Teixeira (PT/BA) no pequeno expediente, em 2014, onde apresentou uma nota divulgada pelo Fórum Nacional de Juventude

Negra (FONAJUNE) que pedia a aprovação da PL 4471/12, pelo fim dos autos de resistência, uma norma que vem desde o período ditatorial:

ocupo esta tribuna para registrar que o FONAJUNE - Fórum Nacional de Juventude Negra está fazendo circular a seguinte nota: Nós, jovens negras e negros, autônomos e/ou organizados nos movimentos e organizações sociais, exigimos a imediata intervenção das instituições federais e do Estado do Pará no intuito de cessar a matança em curso de jovens negros/as nas periferias de Belém e cidades da região metropolitana. Exigimos a apuração imediata dos homicídios ocorridos desde a madrugada do dia 5 de novembro em retaliação ao assassinato de um policial militar da ROTAM/PA e que desencadeou até o momento o extermínio de mais de 40 pessoas, em sua maioria jovens negros. É público e noticiado amplamente nos jornais e redes sociais que desde a morte do referido policial, seus colegas estão convocando toda a corporação a “ir às ruas dar as respostas”, e isso tem promovido um massacre que está exterminando negros e negras como se fossem ratos neste Estado. Diante dessa postura genocida, as juventudes negras brasileiras conclamam que o Estado tenha uma atuação imediata para punir os culpados e responsabilizar as devidas instituições pela ação e omissão que permitiram a concretização desse massacre em pleno Mês da Consciência Negra. Neste momento, reafirmamos a importância de que a Presidenta da República se pronuncie imediatamente, tomando as devidas providências, já que a mesma se comprometeu com a juventude negra no seu segundo mandato pela aprovação imediata do PL 4471/12; o fim dos autos de resistência; a desmilitarização da polícia; a construção de uma política nacional de segurança pública pautada na defesa da vida; o fortalecimento do Plano Juventude Viva como uma política pública de Estado para o enfrentamento à violência letal contra a juventude negra; e o combate ao racismo em todas as instituições (Deputado Amauri Teixeira, PT-BA, Câmara dos Deputados, Pequeno Expediente, 2014).

Amauri Teixeira apresenta a nota do FONAJUNE, como forma de alertar e denunciar o genocídio de jovens negros em Belém, resultado de uma reposita violenta da Polícia Militar do Pará após a morte de um policial da ROTAM. O pequeno expediente foi utilizado como uma estratégia de chamar a atenção para a necessidade urgente de intervenção a esse caso de retaliação, dando voz e legitimidade às demandas dessa organização representativa.

O discurso tem um forte apelo simbólico por ser proferido em novembro, Mês da Consciência Negra, um período importante para a luta contra o racismo e a violência contra a juventude negra, reforçando a relevância do período e conectando as demandas apresentadas pelo FONAJUNE com um momento nacional de reflexão. Ao denunciar as omissões das instituições, a nota faz um chamado à ação, mencionando diretamente a Presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), pedindo que tome medidas imediatas, destacando a responsabilidade do Estado e recordando do compromisso que a presidenta assumiu em seu governo com o “Plano Juventude Viva”¹³. Amauri Teixeira, ao apresentar a nota do

¹³ O Programa Juventude Viva (PJV), coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (SEPPIR) e pela Sistema Nacional de Justiça (SNJ), focou na implementação de políticas públicas para combater a violência contra a juventude negra, principalmente em áreas de alta letalidade. O PJV promovia ações integradas para a inclusão social, combate ao racismo institucional e garantia de segurança pública justa. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) ao assumir a Presidência da República após o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016, esvaziou o programa, e muitas políticas de igualdade racial foram desmontadas. Em 2023, no governo Lula, o PJV foi substituído pelo Plano Juventude Negra Viva (PJNV), que

FONAJUNE, concentra uma carga semântica em seu discurso, aproveitando o pequeno expediente para apresentar casos de violações dos direitos humanos e particularizar o homicídio de jovens negros no Pará vinculado à cultura militar e à ausência de controle sobre as ações violentas da corporação. Através da nota publicada, defende iniciativas em andamento, como o PL 4471/12, de autoria de Paulo Teixeira (PT), onde propõe medidas para melhorar a investigação de casos envolvendo o uso letal da força policial, geralmente categorizadas de “resistência seguida de morte” ou “autos de resistência”.

Como observado no Gráfico 2, os deputados contrários à desmilitarização preferem discursar no grande expediente, 11 (39,3%), visando que essa fase permite um maior desenvolvimento argumentativo para desenvolver as suas posições conservadoras. Lembrando que o grande expediente é um espaço de comunicação parlamentar onde dois deputados são convocados mediante sorteio eletrônico. Para participar dessa fase, os deputados precisam fazer a sua inscrição previamente. Dessa forma, assim como no pequeno expediente, o discurso já é formulado antecipadamente pelo deputado reforçando suas estratégias retóricas para tratar sobre o tema.

Por ser um espaço em que poucos deputados discursam e é dado mais tempo para a elaboração discursiva, a visibilidade dos argumentos é ampliada, revelando que os deputados contrários reconhecem a importância dessa fase, concentrando os seus esforços argumentativos para superestimar o alcance de sua mensagem discursiva, apresentando ideias como “indispensáveis” ou de “relevância maior” do que outros posicionamentos.

Tomemos a seguir um discurso proferido no grande expediente de 2015 contrário a desmilitarização das polícias, do deputado Major Olímpio (PDT-SP), onde apresenta o seu repúdio às declarações do jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, que comparou policiais a bandidos. Destaca-se o fato do parlamentar ser egresso das forças de segurança:

quero manifestar a minha tristeza e o meu repúdio à manifestação de conceituado jurista e advogado da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de São Paulo, Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello. Na semana passada, durante palestra numa universidade em Curitiba, Estado do Paraná, disse o advogado que a diferença entre o policial e o bandido é que o policial tem uma carteira de serviço público. É lamentável! Tratou-se de manifestação inoportuna, irresponsável, caluniosa, num momento em que perdemos quase dois policiais por dia no Brasil, executados por criminosos. No ano passado, 1,7 policial/dia foi executado. Utilizando-se do oportunismo, da fala fácil, vem esse senhor dizer que o policial se iguala ao bandido, não! Não é uma carteira policial ou um uniforme que nos diferenciam de bandidos, não! Bandidos covardes, que promovem 56 mil homicídios e latrocínios por ano, no Brasil; bandidos covardes, maiores e menores de idade que muitos aqui defendem nesta Casa; bandidos canalhas, que usam da sordidez, da covardia, que estupram,

que matam, Sr. Celso Bandeira de Mello, são muito diferentes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, que estão nas ruas defendendo a sociedade. Se nós temos aqueles que se desvirtuam, ninguém mais do que nós os censura, pune, prende, expulsa. Quem prende o mau policial, Sr. Celso Bandeira de Mello, não é Juiz, não é Promotor, não é Deputado, não é Senador, não é Ministro. Não é nada disso. Quem prende o mau policial é o bom policial. Deputado Delegado Edson Moreira, que chega agora ao plenário, nós não podemos tolerar que se diga que a diferença entre o policial e o bandido é uma carteira de serviço público. O senhor rasgou a sua história de vida, Dr. Celso Bandeira de Mello! Fiz um requerimento para que o senhor venha a CPI em que estamos - o Deputado Delegado Edson Moreira está lá conosco -, juntamente para apurar a morte de jovens negros. V. Sa., quando fala em seu texto, também se mostra preconceituoso. Não é porque é pobre que é bandido, não é porque é negro que é bandido. Ser bandido em nosso País é opção. A maioria dos pobres e dos negros, na periferia menos assistida, não vai para o banditismo. A escória é a minoria. Agora, como poder dizer que nós, que estamos morrendo pela sociedade nas ruas, nos diferenciamos dos bandidos porque temos uma carteira de serviço público? Não posso ser leviano e dizer que quem tem uma carteira da OAB, porque tem a obrigação constitucional de fazer o contraditório e defender o bandido, também seja bandido. Não seria leviano, jamais faria isso. Defendo a boa advocacia, mas, pelo amor de Deus, dizer na universidade que é pela desmilitarização das polícias militares, e ainda colocar em seu site a defesa exacerbada pela república bolivariana, é muito fácil! (Deputado Major Olímpio, PDT-SP, Câmara dos Deputados, Grande Expediente, 2015).

O primeiro ponto observado é a postura conservadora do deputado, que é filiado ao PDT, um partido tradicionalmente de centro esquerda. Essa dissociação entre filiação partidária e posicionamento individual é muito comum dentro dos partidos brasileiros, há pequenas exceções de partidos com filiados “disciplinados”¹⁴. Quando tratamos de temas relacionados à segurança pública esse caráter individualizado se torna mais evidente. A segurança pública no Brasil carrega uma forte relação com parâmetros culturais, criando uma linha tênue entre políticas públicas voltadas à segurança e a história da construção da república, por exemplo, onde as forças militares são vistas como o “pilar da nação”. Atrelada a esse campo imaginário, o tema é tratado dentro de crenças pessoais, ou usado como estratégias eleitorais, se sobressaindo às diretrizes partidárias.

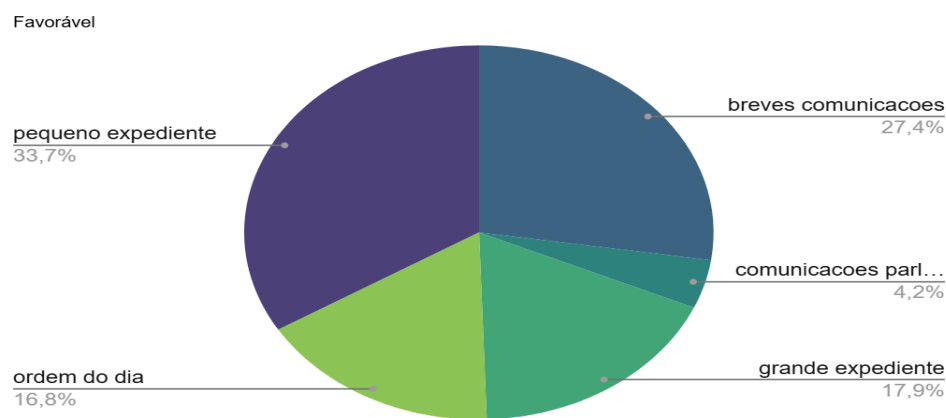
Olímpio procura reverter a acusação de Bandeira de Mello, associando o discurso do jurista à uma exposição descontextualizada, moralmente desqualificada, “*caluniosa*”, e como ideologicamente motivada a visões políticas de esquerda, como por exemplo a “*defesa exacerbada pela república bolivariana*”¹⁵. O deputado defende a polícia militar como uma instituição tradicional e necessária à ordem social, fazendo alusões à eficácia histórica das forças militares na segurança pública, o que é um padrão nos argumentos contrários à desmilitarização das polícias que se opõe a todo e qualquer valor supostamente antagônico à

¹⁴ RODRIGUES, LM. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 186 p. ISBN: 978-85-7982-025-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

¹⁵ Uma forma de desqualificar o jurista dentro de um cenário de polarização, vinculando à desmilitarização a um contexto depreciado por boa parte da população brasileira leiga sobre a situação política da Bolívia.

estrutura militar. Em seu discurso, o deputado constrói a imagem do policial como um herói trágico, uma figura que enfrenta cotidianamente a violência enquanto desempenha o papel de defensor patriótico. Um ponto marcante do seu discurso é a frase “*Bandidos covardes, maiores e menores de idade que muitos aqui defendem nesta Casa*”, segundo o deputado, alguns parlamentares assumem posturas que ele interpreta como permissivas ou conveniente em relação à criminalidade, remetendo, por exemplo, às posições contrárias à redução da maioria penal, um tema que polariza intensamente o legislativo.

Gráfico 3 - Momentos Institucionais: estratégias discursivas nas comunicações parlamentares segundo posicionamento favorável à desmilitarização das polícias (1992-2020).



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição percentual dos discursos favoráveis à desmilitarização das polícias por fase de comunicação parlamentar, revelando como esse grupo de parlamentares se divide em suas estratégias discursivas. Conforme evidenciado nos gráficos anteriores, a maioria dos discursos favoráveis concentra-se no pequeno expediente, correspondendo a 33,7% do total. A segunda fase com maior incidência de discursos favoráveis é a das breves comunicações, com 27,4%. Juntas, essas duas fases representam mais da metade dos discursos favoráveis proferidos (61,7%), indicando uma preferência por abordar o tema em um espaço que permite a construção de mensagens concisas, sem interrupções ou diluição do conteúdo, o que direciona o foco dos discursos para o impacto imediato, permitindo que os deputados antecipem objeções e abordem contra-argumentos buscando neutralizar possíveis resistências.

As breves comunicações, em particular, não integram a sequência regular das sessões e ocorrem apenas quando há tempo disponível após o pequeno expediente. Com isso, pode ser utilizada como uma estratégia de complemento ao pequeno expediente, permitindo que os parlamentares adaptem seus discursos ao contexto político do momento sem a necessidade de

seguir uma agenda rígida que limita o espaço político para debates polêmicos, sendo uma forma de ampliar sua mensagem e aproveitar a flexibilidade desta fase para manter o tema em evidência.

Abaixo temos um discurso favorável à desmilitarização das polícias, proferido pelo deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA) nas breves comunicações, em 2015, onde homenageia o Grupo Tortura Nunca Mais pelos 20 anos de legalidade, destacando a importância da luta contra a opressão e a tortura ainda presentes no Estado brasileiro, especialmente contra movimentos sociais, negros e pobres.

parabenizo pelos 20 anos de legalidade o Grupo Tortura Nunca Mais que surgiu como instrumento da luta dos familiares mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar brasileira implantada em 1964. Durante a sua trajetória, tornou-se uma importante voz em defesa dos direitos humanos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais, tendo como foco na luta contra todas as formas de agressão e tortura praticadas em relação à pessoa humana pelo poder público e por seus agentes oficiais ou paralelos em qualquer esfera ou instância. O Grupo foi fundado em 1976, ainda como uma organização clandestina, na busca de esclarecer as mortes e desaparecimentos dos militantes engajados na resistência e exigir que o Estado assumisse a responsabilidade pelos crimes cometidos. Em 1995, o Grupo Tortura Nunca Mais foi registrado como entidade da sociedade civil e reconhecido como organização de utilidade pública no âmbito municipal, estadual e federal, sem fins lucrativos, vivendo exclusivamente de doações e das contribuições de seus filiados. Além das denúncias de violações dos direitos humanos, o Grupo Tortura Nunca Mais promove o combate à criminalização dos movimentos sociais e apoia ações como a Comissão Nacional da Verdade e a desmilitarização da polícia (...). Reforço a luta contra todo tipo de opressão e tortura ainda presente na estrutura do Estado brasileiro, principalmente contra os movimentos sociais, os negros e os mais pobres (Deputado Davidson Magalhães, PCdoB-BA, Câmara dos Deputados, Breves Comunicações, 2015).

O discurso do deputado Davidson Magalhães (PCdoB) faz referência à ditadura militar (1964-1985) e vincula a militarização da polícia ao legado autoritário desse período. Ao mencionar o Grupo Tortura Nunca Mais, o deputado constrói uma ponte entre a resistência histórica contra o regime autoritário e a luta contemporânea pela desmilitarização das polícias. Além disso, ao utilizar o grupo em sua retórica como caso paradigmático, não apenas mobiliza empatia para a pauta, mas também personaliza a luta, mostrando que a desmilitarização está ligada a histórias reais de sofrimento e resistência.

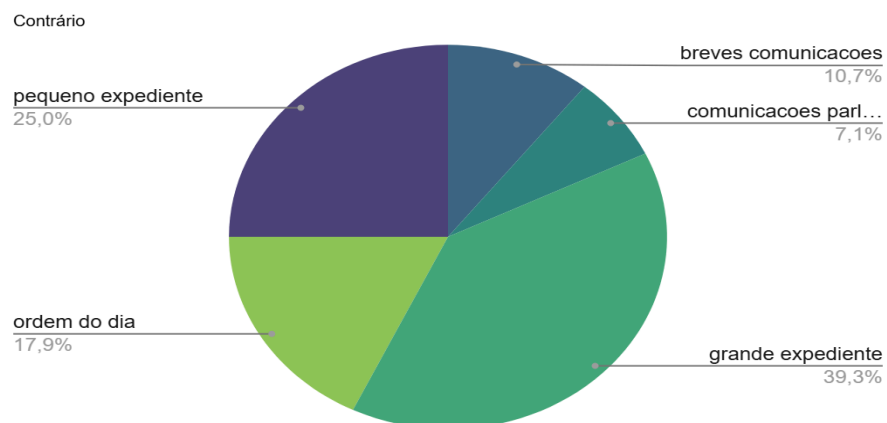
Seu discurso reforça a ideia de que a pauta da desmilitarização não se limita a uma reforma institucional, mas integra um processo de justiça histórica e superação das estruturas opressivas herdadas do período ditatorial. Davidson Magalhães enquadra a desmilitarização como uma questão de direitos humanos, mas também como uma necessidade ética e democrática. Quando Magalhães declara: *“Reforço a luta contra todo tipo de opressão e tortura ainda presente na estrutura do Estado brasileiro, principalmente contra movimentos*

sociais, os negros e os mais pobres”, seu discurso além de crítico, assume um caráter de denúncia contra a estrutura militarizada do Estado, descrita como opressora e violenta.

Esse discurso se alinha à construção de que os discursos favoráveis à desmilitarização frequentemente alertam sobre a violência policial e denunciam abusos de autoridade, e destaca o viés da filiação partidária do deputado ao PCdoB, partido que tem como base os movimentos sociais, a oposição às estruturas de poder opressivas e o apoio às lutas populares de grupos minorizados politicamente. Além disso, também indica padrões retóricos que podem ser utilizados nas breves comunicações, como a defesa de reformas estruturais.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição percentual dos discursos contrários à desmilitarização por fase de comunicação parlamentar, revelando que a maioria desses discursos está concentrada no grande expediente, correspondendo a 39,3% do total. A segunda fase com maior incidência de discursos contrários é o pequeno expediente, com 25%. Juntas, essas duas fases representam mais da metade dos discursos contrários (64,3%), o que indica uma preferência por abordar o tema como preâmbulo discursivo, ou seja, essa ligação entre as duas fases permite uma construção argumentativa que reforce suas posições.

Gráfico 4 - Momentos Institucionais: estratégias discursivas nas comunicações parlamentares segundo posicionamento contrário à desmilitarização das polícias (1992-2020)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

Um ponto importante a ser destacado é que a participação no grande expediente está sujeita a um sorteio eletrônico, no qual dois deputados são selecionados previamente para discursar. Essa aleatoriedade pode impactar a diversidade de posicionamentos apresentados, já que deputados de diferentes bancadas e ideologias têm a mesma chance de serem sorteados. Para participar do sorteio, o deputado precisa se inscrever previamente, demonstrando interesse em discursar no grande expediente, isso significa que, embora o sorteio introduza

um elemento de aleatoriedade, a escolha da fase em que o discurso será proferido ainda reflete uma decisão estratégica dos parlamentares. A preferência pelo grande expediente pode ser explicada, em grande parte, pelo tempo prolongado que essa fase oferece, 25 minutos para cada discurso, incluindo apartes, o que permite a construção de uma boa base narrativa.

Outra característica particular do grande expediente, que influencia diretamente a construção das estratégias discursivas, são os apartes, que podem ser feitos por qualquer deputado durante o discurso do orador principal, independentemente de sua bancada ou partido. Embora pelas normas do RICD, qualquer deputado possa solicitar a palavra para fazer o aparte, o orador tem o direito de aceitar ou recusar a intervenção, resultando, na prática, numa predominância de apartes concedidos a aliados, que utilizam desse espaço para reforçar a posição do orador, apoiando e ampliando os argumentos. Caso o aparte seja concedido a um opositor, isso poderia enfraquecer o discurso proferido pelo orador. Dessa forma, o orador consegue controlar o fluxo do discurso e gerenciar as intervenções de forma a beneficiar sua narrativa.

Com isso, o grande expediente, através da concessão e controle gerencial do orador aos apartes, ajuda na criação de narrativas de consenso em torno do discurso, mostrando, por exemplo, que a posição do orador é compartilhada por outros parlamentares, aumentando, de certo modo, a persuasão do discurso perante a audiência. Dessa forma, o grande expediente oferece aos deputados contrários à desmilitarização um espaço privilegiado para a construção de uma narrativa controlada à seu favor, com o benefício de um tempo prolongado.

Abaixo temos um discurso contrário à desmilitarização das polícias, proferido pelo deputado João Fagundes (PMDB-RR) no Grande Expediente, em 1994, onde busca destacar e valorizar a integridade e ética de um sargento da polícia militar do Distrito Federal, que se recusou a aceitar suborno de um oficial de justiça.

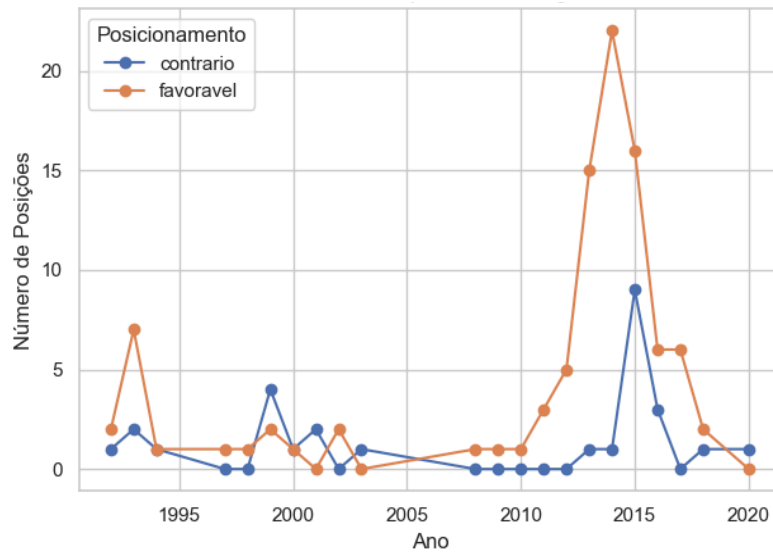
Na tarde de sexta-feira, 21 de janeiro, um sargento da Polícia Militar do Distrito Federal deu voz de prisão a uma Oficial de Justiça, membro, portanto, do Poder Judiciário, que tentava suborná-lo para se livrar do flagrante de uma infração de trânsito. O episódio merece o maior aplauso porque temos o triste hábito, no Brasil, de contornar os ilícitos mediante o pagamento de propinas, como se o dinheiro tivesse o condão de legitimar as atitudes ilegítimas daqueles que agem ao arpejo da lei. Se o sargento exigisse dinheiro para liberar a infratora, hoje o episódio estaria em todos os jornais, pois os erros da Polícia Militar aparecem sempre visados pela crônica jornalística. Como o sargento é um belo exemplo de decência e moralidade, coisa rara hoje em dia, nenhum jornal registrou o episódio que honra e dignifica a Polícia Militar. (...) Faço este registro porque, quando um integrante da Polícia Militar se envolve em um conflito com um marginal, as crônicas dos jornais mostram sempre o PM como algoz e o bandido como vítima, dando a entender que a Polícia Militar é um covil de delinquentes, violenta, arbitrária e até mesmo perfeitamente dispensável. Infelizmente, em uma instituição numerosa, formada por homens livres, não é raro encontrarmos algumas falhas. Mas a Polícia Militar abriga

fundamentalmente homens dignos, dos quais o Sargento Eugênio de Oliveira é um belo exemplo a atestar, de forma eloquente, que os valores morais podem ficar acima da ambição material. Esse fato, dignificante para o Sargento Eugênio, serve para provar, de maneira convincente, que os integrantes da Polícia Militar não são amestrados, como já foi dito nesta Casa, por alguns depoentes, na Comissão encarregada de emitir parecer sobre a proposta de desmilitarização da Polícia Militar. (...) Se a Polícia Militar tivesse um vencimento compatível com a nobre missão que desempenha, arriscando a vida em defesa da ordem pública, ninguém estaria preocupado em retirar farda, em trocar a carreira militar pela carreira de polícia civil (...). (Deputado João Fagundes, PMDB-RR, Câmara dos Deputados, Grande Expediente, 1994).

O deputado João Fagundes, filiado ao PMDB, partido de centro posicionado como mediador entre conservadores e progressistas, adota um discurso contrário à desmilitarização, utilizando uma retórica marcada pela exaltação moral e pela defesa da instituição militar como guardião da ordem e ética social. Apesar da filiação partidária a um partido de centro, o discurso se alinha a um posicionamento conservador, reforçando o padrão identificado na análise da pesquisa, onde a filiação nem sempre determina a coerência ideológica dos discursos individuais. Nesse caso, Fagundes mobiliza uma visão moralizante da Polícia Militar, lhe atribuindo valores de honra, disciplina e sacrifício, que funcionam como instrumentos de resistência à ideia de desmilitarização. A narrativa é organizada em torno de um caso exemplar, o sargento que recusou suborno, que é transformado em um símbolo moral. A partir desse episódio isolado, o deputado constrói um discurso generalizante que serve a alguns propósitos como, defender moralmente a instituição militar, criando um contraponto às acusações de violência e arbitrariedade, e critica a mídia e o sistema de justiça, que são representados como injustos e tendenciosos. Fagundes aborda ainda a autonomia moral dos agentes, contrapondo-se à visão de que a disciplina militar suprime o discernimento ético individual e defende a melhoria salarial das PM's.

Após a análise descritiva das estratégias de comunicação parlamentar dentro das cinco fases principais do RICD, vamos à análise temporal dos discursos no tempo por ano que moldaram o debate sobre a desmilitarização das polícias na Câmara dos Deputados entre 1992 a 2020. A interpretação considera tanto o movimento interno dos dados, como oscilações, picos e recessos quanto as dinâmicas externas que explicam cada fase do comportamento das curvas.

Gráfico 5 - Evolução temporal dos discursos parlamentares sobre a desmilitarização das polícias militares (1992-2020)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

O Gráfico 5 revela o percurso dos discursos que podem ser entrelaçados com a história da militarização das polícias nesse período, juntamente com o próprio processo de polarização política do país. A linha laranja, registra os discursos favoráveis à desmilitarização, e a linha azul, reúne os discursos contrários, onde apresentam intensidades distintas ao longo do tempo, acompanhando oscilações que refletem momentos específicos sobre o debate do tema.

De 1992 a 1993 temos o ponto de partida, esse período é onde o tema da desmilitarização começa a se apresentar, ele é marcado por eventos que abalaram a percepção pública sobre a violência do estado, como o massacre do Carandiru (1992), onde 111 presos foram mortos pela Polícia Militar de São Paulo, casos de execução atribuídas à ROTA e a Chacina da Candelária no Rio de Janeiro (1993), quando jovens em situação de rua foram executados por policiais militares. Esses fatos explicam a predominância de discursos favoráveis, refletindo o acúmulo de denúncias à militarização e a mobilização dos parlamentares a discutirem temas relacionados às estruturas institucionais que sustentam a cultura militarizada do policiamento.

Para exemplificar o período, abaixo temos um discurso no pequeno expediente em 1993 favorável a desmilitarização das polícias, proferido pelo deputado Hélio Bicudo (PT-SP), proponente da PEC nº 9 46-A/91, que previa a desmilitarização das polícias onde o deputado defende a unificação das polícias criticando o corporativismo e os abusos da Polícia Militar:

Tive oportunidade de ler a entrevista do Deputado João Fagundes, Presidente da Comissão Especial que estuda minha proposta de emenda constitucional que desmilitariza a Polícia Militar, publicada, no Jornal da Agepol de janeiro último. Quero fazer alguns reparos às afirmativas feitas pelo ilustre Parlamentar, que - diga-se de passagem - na qualidade de Presidente de uma Comissão Especial, deveria guardar a imparcialidade imprescindível à boa direção dos trabalhos nela desenvolvidos. As opiniões parciais emitidas, a meu ver, seriam suficientes para desconstruir sua posição na Presidência da Comissão em tela. Não posso admitir a qualificação de “ingênuo e inconsequente” dada à proposta encaminhada ao exame do Congresso Nacional. (...) Bem sabia, quando formulei a proposta da emenda em exame, que os lobbies seriam poderosos, tendo em vista que as Polícias Militares se constituíram em verdadeiros poderes paralelos aos dos Governos dos Estados. Os desmandos ocorridos em São Paulo no massacre do Carandiru oferecem resposta eloquente ao corporativismo e ao poder da corporação ante a sociedade civil. A emenda, por ser uma proposta de modificação, não fere a Constituição atual, e não é verdade que poderia ferir as Cartas anteriores, porque a Polícia Militar é uma criação da ditadura militar. Desconhece ainda o ilustre Deputado que não é “miopia” se pretender uma Polícia única. Polícia única não quer dizer que não preencha suas atividades de prevenção - essa Polícia teria um segmento uniformizado para o policiamento das ruas e um segmento não uniformizado para as questões de investigação - nem quer dizer falta de hierarquia e disciplina. Não, naturalmente, com a rigidez dos quartéis, onde são ignorados os mais elementares direitos dos milicianos. E que hoje acontece com a Polícia Militar do Distrito Federal. Os milicianos que pretendem a desmilitarização das Polícias são submetidos a toda a sorte de perseguições: são submetidos a penas disciplinares e são expulsos; e procura-se impedir a atividades das entidades de classe - que a Constituição assegura - impedindo-se o desconto em folha das contribuições às associações que se mostram contrárias às posições corporativistas de suas cúpulas. Se a miopia existe, esta é daqueles que não querem ver as modificações que ainda se fazem necessárias para a democratização de sua Polícia, submetida ainda ao poder militar. Da mesma sorte, relator da Comissão, o ilustre Deputado Alacid Nunes - que deveria guardar as suas opiniões, porque a Relatoria não deve comprazer-se com a parcialidade - quando cita o corporativismo para raciocinar contra a desmilitarização, busca apenas acalantar os interesses dos órgãos em questão, quando o interesse a ser contemplado é o público, que, na organização atual, não tem segurança. Por último, o substitutivo apresentado pelo nobre Deputado José Augusto Curvo não é contrário à desmilitarização da Polícia. Nas reuniões do fórum sobre segurança, foram ouvidos tão-somente os participantes das cúpulas policiais. Ora, é preciso ouvir as bases e não apenas as cúpulas, para que as decisões não venham sempre de cima para baixo. Hoje a Polícia, como está organizada, objetiva apenas a segurança das elites. E tanto isso é verdade que está, na sua maior parte, privatizada, pois o efetivo das empresas de segurança privada é sensivelmente superior àqueles das Polícias do Estado. A democratização da Polícia não passa pela sujeição ao Exército, mesmo porque policiamento é função eminentemente civil e não militar. Nessas condições, não pode o debate ser inibido, como está sendo (...) pelos meios de comunicação. O noticiário é, a propósito, parcial e omissivo, e não retrata a realidade de um corporativismo que objetiva a cristalização de um organismo antidemocrático e ineficiente e que, por ser antidemocrático e ineficiente, apela, para se mentar, para a violência e para os lobbies corruptos. (Deputado Hélio Bicudo, PT-SP, Câmara dos Deputados, Pequeno Expediente, 1993).

O discurso de Hélio Bicudo traz um posicionamento contra a parcialidade institucional, questionando o comportamento do Presidente da Comissão Especial, Deputado João Fagundes, denunciando, de certo modo, que a Comissão foi capturada pelo *lobby*. Essa denúncia é enfatizada na crítica à privatização da segurança “*hoje a polícia... objetiva apenas a segurança da elite*” conectando a ineficiência da polícia pública ao crescimento da

segurança privada. Podemos pensar que, desta forma, a militarização serve aos ricos, enquanto a desmilitarização servirá ao povo, isso reflete diretamente nos casos de execução extrajudicial dos principais acontecimentos do período (1992-1993) como, o massacre do Carandiru e a Chacina da Candelária.

O massacre do Carandiru aparece como pano de fundo em sua argumentação, ao mencionar como “*resposta eloquente ao corporativismo e ao poder da corporação ante a sociedade civil*”, mobilizando esse evento para justificar a necessidade de mudanças estruturais na Polícia Militar e o estabelecendo como uma relação direta entre violência estatal e desmilitarização, demonstrando a falência institucional. O massacre não é apenas um fato, mas a prova material que valida a tese. São diversas as práticas simbólicas carregadas nesse discurso do Bicudo em 1993, que evidencia, ainda nesse período, que a transição democrática está incompleta. Ele constrói antagonismos como, polícia militarizada vs polícia democrática, cúpulas vs base e interesses privados (lobbies) vs interesse público. Seu discurso procura convencer o Parlamento não apenas por fatos, mas por meio de um imaginário moral e político que legitima a desmilitarização como imperativo democrático.

Podemos observar no Gráfico 5 que no período de 1994-1998 tivemos oscilações moderadas e ausência de polarização diante do tema, os dados mostram baixa intensidade discursiva, sem confrontos significativos entre posições favoráveis e contrárias. Dessa forma, os dados indicam debates fragmentados e não contínuos, ainda que episódios de violência policial continuassem a ocorrer¹⁶, o Congresso não conseguia sistematizar o debate sobre a desmilitarização, que permanecia periférico em relação a outras reformas.

Nota-se no Gráfico 5, que em 1999 houve um pico de discursos contrários à desmilitarização. Neste ano, o então deputado Alberto Fraga, à época filiado ao PMDB e, posteriormente, ao PL, começa a adquirir centralidade no conjunto dos discursos contrários à proposta. Sua atuação, cada vez mais incisiva, não apenas o posicionava como uma das principais vozes de resistência à pauta, como também o insere entre os articuladores de um núcleo político que viria a se consolidar, anos mais tarde, como a “Bancada da Bala”. Esse protagonismo de Fraga marca a formação de alianças que contribuíram para estruturar o aumento de discursos nesse período de 99.

Para exemplificar, abaixo temos um discurso no grande expediente em 1999 contrário à desmilitarização das polícias, proferido pelo deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), onde o

¹⁶ Entre 1995 a 1998, acontecia no Rio de Janeiro, durante o governo de Marcello Alencar (PSDB), a premiação da “bravura” aos policiais militares, ação popularmente conhecida como “gratificação faroeste”. Se tratava de um incentivo financeiro a ações letais, que ocasionava em execuções extrajudiciais.

deputado argumenta que a disciplina e hierarquia militares são essenciais para preservar a ordem e combater a violência.

Subo a esta tribuna mais uma vez, no exercício da minha atividade Parlamentar e cumprimento as minhas propostas eleitorais, para deixar registrado nesta Casa, ao povo de Brasília e do Brasil, aos governantes, tanto da União como dos Estados e Municípios, o meu verdadeiro protesto pela situação em que encontra a segurança pública do nosso País. A cada dia estamos olhando os dados alarmantes da violência urbana, que já se estende à área rural, pois não é um privilégio das grandes cidades a insegurança pública. Temos assistido a muita gente, principalmente intelectuais de plantão, que, nos laboratórios acadêmicos e salas acarpetadas, apresentam fórmulas matemáticas, inventam projetos desprovidos de qualquer noção da realidade e, dentro desse tipo de pensamento, entregam os pais de família à violência dos marginais. Precisamos dizer um “não” à hipocrisia, um “não” à exploração política de propostas que simplesmente são utilizadas como forma de projeção, quer seja nacional ou internacional. Devemos apresentar sugestões que verdadeiramente sejam exequíveis e envolvam toda a sociedade num processo de conscientização, de adaptação de estruturas e de aparelhamento dos órgãos de segurança pública. [...] Nesse quadro, como é comum de ocorrer, culpa-se o velho regime - e o militar é o mais próximo a ser atacado. Se fossem só as consequências históricas desse raciocínio, não teríamos o que contrapor. Mas o pior é que instalam idiosincrasias avessas a tudo o que genericamente se possa taxar de “militar”, e, no bojo desse raciocínio, as polícias militares entram como pivô da questão, embora esta conclusão seja mera manobra diversionista. Passam as polícias militares a ser atacadas pela sua formação militar bélica (...)A solução apresentada por essas pessoas é, se não ridícula, pelo menos curiosa: desmilitarizar as polícias (...).O respeito à disciplina e à hierarquia e o culto dos valores morais e éticos são a essência do militar, que lhe permite grau muito alto de honradez e credibilidade moral, valores essenciais para o exercício da sua função. (...) Hoje o pai de família vive preso, com grades para todos os lados, enquanto o marginal vive solto. (...) Temos pessoas capacitadas para discutir o problema de segurança pública, mas os verdadeiros profissionais da área não são chamados para participar de planos que visam combater a violência. Apenas são ouvidos teóricos e burocratas que sequer sabem quantas balas tem um revólver calibre 38. E são essas pessoas que nos empurram goela abaixo leis que engessam a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros (Deputado Alberto Fraga, PMDB-DF, Câmara dos Deputados, Grande Expediente, 1999).

Fraga coloca o seu discurso em uma posição privilegiada, não apenas como parlamentar, mas como oficial da reserva da Polícia Militar. Fraga se coloca como porta-voz da segurança pública e defensor dos “*verdadeiros profissionais*”, o que lhe confere autoridade discursiva para falar sobre o tema. Seu discurso busca ocupar um lugar de referência no campo conservador da segurança pública, se apresentando como contraponto aos “*intelectuais*”, “*teóricos*” e “*burocratas*”. A oposição se encontra entre nós - profissionais, trabalhadores, homens da prática, povo - e, eles, teóricos, acadêmicos e burocratas, uma dicotomia que cria o imaginário onde a desmilitarização surge como produto de mentes desconectadas da realidade e, portanto, como ameaça à segurança pública. O parlamentar estrutura o discurso a partir da hipérbole da crise para justificar a manutenção da militarização, “*dados alarmantes de violência urbana*”, “*insegurança que se estende à área rural*”, o pai de família “*preso dentro de casa*”, enquanto os criminosos “*vivem soltos*”. O

ataque às propostas de desmilitarização carrega termos como “*ridícula*”, “*manobra diversionista*”, “*revanchismo com a classe militar*”, deslocando a proposta para um campo moral, onde não é discutida tecnicamente, mas enquadrada como fruto de ressentimento político. Em vários momentos Fraga sugere que a desmilitarização aumentaria o caos, destruiria valores morais essenciais e retiraria da polícia sua credibilidade, a proposta é descrita como remédio que vira veneno. Seu discurso deixa claro sua percepção sobre quem deve moldar o debate da segurança pública, quem é legítimo para falar sobre o tema e quais valores devem nortear o debate.

O Gráfico 5 mostra que, de 2000 a 2002, o volume de discursos sobre a desmilitarização se manteve estável, sem variações importantes. É possível observar que em 2000 houve um equilíbrio entre os posicionamentos favoráveis e contrários. No ano seguinte, 2001, há o predomínio de discursos contrários, mas isso se inverte em 2002, quando as manifestações favoráveis passaram a superar as contrárias.

Já entre 2004 a 2008, ocorreu um colapso dos discursos sobre a desmilitarização da polícia devido a uma substituição temática, a crise do tráfego aéreo que dominou a agenda legislativa culminando na CPI do Apagão Aéreo. O que se discutia nesse período era a desmilitarização das forças áreas, não da Polícia Militar. Entre 2009 a 2011 há uma tímida retomada do tema, mas ainda sem disparidade significativa entre as posições.

No ano seguinte, em 2012, houve um aumento preponderante de discursos favoráveis à desmilitarização. Um dos pontos marcantes que trouxe o tema da desmilitarização à luz pelos discursos favoráveis neste ano foi a situação da greve das polícias militares da Bahia e do Rio de Janeiro. Na Bahia, durante a greve, 16 policiais militares foram detidos, acusados de liderar a paralisação ou de envolvimento em crimes durante o período de motim. No Rio de Janeiro, cerca de 59 policiais foram presos por terem se negado a deixar os quartéis.

Abaixo, é apresentado o discurso favorável à desmilitarização das polícias, proferido na Ordem do Dia pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) em 2012, onde destaca a crise da polícia na Bahia, defendendo uma negociação e diálogo em vez de repressão, apontando a necessidade de reformas com o acompanhamento do Parlamento.

A crise da Polícia Militar na Bahia - uma crise de salário, de má remuneração, de insatisfação acumulada - não é, evidentemente, um ponto fora da curva, um raio em céu azul. Ela deriva desse processo mesmo de degradação das condições de trabalho desse setor importantíssimo dos serviços públicos. (...) Obviamente, (...) a busca da superação desse problema, o que não se dará colocando Força Nacional contra a Polícia Militar, o Exército Brasileiro contra Polícia Militar de qualquer Estado. O caminho é a negociação, é o diálogo. (...) É preciso reformar as Polícias? Claro. Dar-lhe melhor capacidade de formação? Sem dúvida. Repensar a questão da unificação das Polícias e a sua desmilitarização? Sim. Isso exige fôlego e discussão

profunda, que inclusive tem a ver com este Parlamento. Mas o imediato é a remuneração condigna. Destaco e reitero o que o Líder Antonio Carlos Magalhães Neto já lembrou neste plenário pouco tempo atrás. A PEC nº300 tão decantada, após grande negociação com o Governo Lula, há um ano e meio, ficou escoimada, “livre” - entre aspas - de tudo aquilo que pudesse parecer demasiado. Ela simplesmente é uma emenda constitucional que diz textualmente, como aprovado em julho de 2010, que a remuneração dos policiais e bombeiros militares observará piso remuneratório definido em lei federal. (...) E mais: os recursos, também a PEC, aqui aprovada em primeiro turno com apenas dois votos contrários, regulamenta. Diz que o projeto de lei que o Executivo enviar sobre a definição do piso remuneratório disciplinará a composição e funcionamento de fundo contábil instituído para esse fim. Isso não resolve o problema, mas mostra que este Parlamento e os Poderes da República têm essa preocupação. A omissão, o alheamento, o empurrar com a barriga a votação em segundo turno dessa proposta de emenda constitucional é algo muito grave (...). (Deputado Chico Alencar, PSOL-RJ, Câmara dos Deputados, Ordem do Dia, 2012).

Alencar inicia o seu discurso explicitando a crise da Polícia Militar da Bahia como uma crise de insatisfação acumulada. O deputado busca relacionar o caso à estrutura histórica da instituição, denunciando a degradação contínua das condições de trabalho dessa classe. Ele não apenas contextualiza os problemas, mas constrói uma narrativa de inevitabilidade, em que as tensões não surgem por acaso, mas decorrem de práticas institucionais sistemáticas. O deputado destaca o envolvimento ativo do seu partido na solução do conflito, posicionando o PSOL como defensor do diálogo e da negociação, em contraste com soluções autoritárias ou repressivas, como o uso da Força Nacional ou do Exército contra os próprios policiais, criticando medidas repressivas e a urgência de soluções conciliatórias.

Outro ponto presente no discurso é a referência à PEC nº300 e à negociação com o Governo Lula, emenda constitucional que estabelece o piso remuneratório dos policiais e bombeiros militares. Alencar procura articular a responsabilidade parlamentar às reformas institucionais e mostra em seu discurso que a desmilitarização e a melhoria das condições salariais são interdependentes, ou seja, naquele momento “*o imediato é a remuneração condigna*”, mas que mudanças estruturais são necessárias e dependem de soluções concretas que devem ser pensadas de maneira integrada, evitando soluções fragmentadas e superficiais.

Adiante temos um discurso favorável à desmilitarização das polícias, proferido no Pequeno Expediente pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP) também em 2012, que destaca a crise da greve dos militares no Rio de Janeiro, criticando a repressão, prisões e criminalização dos grevistas.

As suas últimas semanas foram de muita apreensão para quem acompanhou de perto as mobilizações de bombeiros e policiais militares e civis em todo o País. De um lado, a justa reivindicação das categorias por salários dignos e melhores condições de trabalho. De outro, o aumento da criminalidade e da sensação de falta de segurança por parte da população. No meio do caminho, governos e autoridades que pouco souberam lidar com a complexidade da situação instalada e que, em vez de negociar com os grevistas, optaram por usar o regulamento militar para sufocar as demandas trazidas à tona e esvaziar paralisações em todo o País. Baseados na

Constituição Federal, que nega aos militares o direito de greve, mandaram prender as lideranças do movimento. (...) Precisamos discutir as condições de trabalho desses profissionais; seus direitos e deveres; a formação e a qualificação dos policiais; os investimentos em inteligência, as propostas de unificação e desmilitarização da polícia; enfim, debater o modelo de polícia de que o País precisa e a construção de uma nova política de segurança pública nacional. Ou fazemos isso agora, ou, muito antes do que esperamos, estaremos diante de uma nova crise (Deputado Ivan Valente, PSOL-SP, Câmara dos Deputados, Pequeno Expediente, 2012).

Logo no início, Valente transforma o episódio das greves, enquadrado pelos opositores como insubordinação e ameaça à ordem, em sintoma de um modelo institucional falido. Ele cria uma narrativa na qual o Estado, e não os policiais grevistas, aparece como violador da ordem democrática, deslocando o foco do perigo da greve para o autoritarismo do Estado militarizado, denunciando as perseguições aos grevistas como parte de um modelo de militarização que é utilizado como instrumento de silenciamento. O parlamentar busca construir uma imagem do policial militar como trabalhador, não como soldado. Esse é um ponto central do discurso, onde a desmilitarização passa, antes de tudo, por reconfigurar simbolicamente quem é o policial. Ao evocá-lo enquanto categoria profissional, com direitos trabalhistas, capacidade de organização e legitimidade de reivindicação, o deputado subverte a representação tradicional, sustentada pelos discursos contrários, que descreve o policial militar como sujeito obediente, subordinado hierarquicamente e desprovido de autonomia cívica. Com isso, o discurso de Valente, desnaturaliza a imagem do policial como homem da ordem e o reinscreve como cidadão trabalhador. Valente procura evidenciar as contradições do modelo militar e expor incoerências do governo federal e dos estados, como a incapacidade de lidar com a crise sem medidas repressivas, colocando a proposta da desmilitarização como parte de um horizonte democrático possível para lidar com essas crises que escancaram que a fragilização da ordem está muito mais ligada ao modelo militarizado do que a construção de um projeto que busca desmilitarizar.

Podemos observar no Gráfico 5 que houve um salto abrupto a partir de 2013, principalmente pelos discursos favoráveis, isso evidencia um novo momento no debate sobre a desmilitarização. É a partir desse período que entramos em um processo de maior polarização política, representado por exemplo, pelas manifestações de junho de 2013, às operações higienistas para Copa do Mundo e Olimpíadas no Rio de Janeiro, com a atuação das UPPs e o caso de grande repercussão, o desaparecimento e morte de Amarildo na Rocinha¹⁷. Além disso, nesse ano, tivemos a Chacina da Nova Holanda, com cerca 10 mortos,

¹⁷ [Caso Amarildo | Memoriaglobo](#)

incluindo uma criança¹⁸ e a crescente taxa de letalidade policial no Rio de Janeiro e em São Paulo¹⁹.

O ano de 2013 é também o da apresentação da PEC 51, de autoria do senador Lindbergh Farias (PT), que propõe a desmilitarização da polícia no Brasil, propondo a alteração do art. 144 da CF, que trata da segurança pública. Apesar da PEC ter avançado em comissões e tido relatoria favorável, foi arquivada no fim da legislatura com pedido de desarquivamento em 2019, mas até agora sem progresso concreto²⁰.

Abaixo, um discurso proferido novamente pelo deputado Ivan Valente, favorável à desmilitarização, nas Breves Comunicações em 2013, que retrata bem o período e crítica os acontecimentos ocorridos nesse ano:

no dia 14 de julho, Amarildo de Souza, trabalhador, morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, pai de seis filhos, foi levado para a Unidade de Polícia Pacificadora local e nunca mais apareceu. Nesse dia, Amarildo, como já é conhecido em todo o Brasil, tornou-se, lamentavelmente, um símbolo do que não é mais possível esconder. Por décadas, o Estado brasileiro agiu assim com seus cidadãos de baixo. A polícia, que deveria proteger e civilizar, torturava e assassinava negros e pobres com a certeza da impunidade e o silêncio obsequioso de uma sociedade amedrontada pela violência, convencida das soluções fáceis por defensores da violência policial na política e na mídia, mercadores da morte com câmeras e microfones. Mas talvez algo tenha mudado. (...) Casos de desaparecimento sem explicação não são uma novidade no Brasil. Cotidianamente, jovens e trabalhadores são vítimas de emboscadas, e o abuso de autoridade sempre fez parte da realidade das periferias. Chacinas como as da Candelária, que fez 20 anos, e da favela da Maré, que deixou nove mortos há cerca de 2 meses, a maioria deles sem antecedentes criminais, eram vistas por nossas autoridades como episódios corriqueiros, esquecidos em poucos dias e embalados por uma visão higienista da gestão pública. (...) Não fosse o contexto dos protestos - as jornadas de junho - que mostraram para todo o Brasil como agem as nossas polícias militares, que até então brutalizar distantes dos centros, talvez Amarildo virasse apenas mais um número na estatística da violência urbana (...). O filósofo Vladimir Safatle, em sua coluna na Folha de S. Paulo, afirmou que um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento das manifestações de junho foi a revolta da população contra a Polícia Militar, fazendo com que a população brasileira ocupasse massivamente as ruas. (...). A política do medo imposta no Estado, de repressão violenta e indiscriminada, as reações proporcionais do crime organizado e o verdadeiro genocídio contra jovens pobres e na maioria das vezes negros das periferias já se mostrou um profundo e terrível equívoco, porque não vai à raiz do problema, que é social (...). Que se civilize a polícia, que perpetua a impunidade através de uma famigerada justiça própria e incompatível com a democracia. Se uma emenda constitucional é necessária, que comecemos a discutir já (...). (Deputado Ivan Valente, PSOL-SP, Câmara dos Deputados, Breves Comunicações, pronunciamento encaminhado pelo orador, 2013).

O discurso de Valente busca denunciar a PM como uma instituição “*incompatível com a democracia*”. O deputado inicia com o caso Amarildo, utilizando o seu desaparecimento como um símbolo, um signo que expõe décadas do que o Estado tenta ocultar “*Amarildo (...)*”

¹⁸ [Chacina da Nova Holanda - 24 de junho de 2013 - Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

¹⁹ [Polícia do Brasil mata em 5 anos mais do que a dos EUA em 30](#)

²⁰ [PEC 51/2013 - Senado Federal](#)

tornou-se, lamentavelmente, um símbolo do que não é mais possível esconder”, a violência legitimada contra negros e pobres. Esse caso particular funciona como um ponto de partida para uma denúncia que é estrutural, o desaparecimento de Amarildo não é exceção, mas regra. Valente, se contrapõe aos discursos contrários à desmilitarização, que tendem a representar a polícia como instituição heroica, em luta contra um inimigo interno, subvertendo a narrativa ao mostrar que o “inimigo” produzido pela PM é o próprio cidadão pobre.

Valente trata as jornadas de junho como momento em que a violência policial, antes restrita às periferias, chega ao centro e à classe média, tornando-se visível nacionalmente *“Não fosse o contexto dos protestos - as jornadas de junho - que mostraram para todo Brasil como agem as nossas polícias (...) talvez Amarildo virasse apenas mais um número”*. Neste caso, as manifestações são apresentadas como um processo pedagógico coletivo, a população aprende como funciona a PM. Assim, o discurso transforma junho de 2013 em um evento fundador da agenda da desmilitarização, legitimando a proposta. O deputado menciona em seu discurso o *“silêncio obsequioso de uma sociedade amedrontada”*, para representar a normalização da violência como efeito da cultura do medo, e evoca em seu discurso várias referências históricas que são memórias que inscrevem a violência policial como uma continuidade, como a ditadura militar, chacinas e a tradição de desaparecimentos forçados. Para Valente, a militarização é menos uma ferramenta técnica de policiamento e mais um dispositivo político de controle social sobre corpos racializados e empobrecidos.

Em 2014, o gráfico atinge o ápice dos discursos favoráveis. A explosão não decorre apenas da onda de 2013, mas da sucessão de acontecimentos que mantiveram o tema em alta visibilidade. Como o caso de Cláudia Ferreira (RJ), que foi arrastada por uma viatura da PM²¹ e, dados alarmantes sobre letalidade policial, de acordo com o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública tivemos um crescimento de 37,2% na letalidade policial em 2014 em relação a 2013 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2015). Também neste ano, o termo “Bancada da Bala” começou a ganhar mais destaque na mídia e no discurso político, além de atuar de forma mais organizada no Congresso, marcando o início de um fenômeno.

Abaixo, é apresentado o discurso do deputado Valmir Assunção (PT-BA), no Pequeno Expediente, em 2014, onde o deputado defende a desmilitarização da polícia como necessária para romper com a herança autoritária da ditadura que sustenta a violência policial sistemática contra negros e pobres no Brasil:

na manhã deste domingo, tivemos mais uma vítima da ação da Polícia Militar no Rio de Janeiro. Cláudia Ferreira da Silva, 38 anos, mãe de quatro filhos, cuidava de mais

²¹ [G1 - Polícia conclui inquérito sobre morte de mulher arrastada no Rio - notícias em Rio de Janeiro](#)

quatro sobrinhos, trabalhadora, negra, foi baleada durante a ação policial na comunidade de Congonha, em Madureira. (...) E devo dizer que o Rio de Janeiro traz mais casos simbólicos, como foi o desaparecimento de Amarildo Dias de Sousa, após uma ação da PM, cujo corpo até hoje não foi encontrado. Mas também podemos citar casos em diversos Estados do Brasil, como São Paulo, Bahia, Fortaleza, onde a truculência da PM ao lidar com pobres, com manifestações, com negros, ultrapassa a condição de polícia e traz para o debate esses resquícios da ditadura que ainda engolimos em nossa sociedade. Que os policiais envolvidos no caso de Cláudia, Amarildo e centenas de jovens negros que são exterminados cotidianamente pela força da violência, devam ser punidos, é um consenso. Mas o debate de fundo, que devemos ter coragem de encaminhar nesta Casa, é o que pede a desmilitarização da polícia brasileira. Estamos diante de pessoas que trazem em sua atuação um modelo que não serve mais à sociedade democrática (...). (Deputado Valmir Assunção, PT-BA, Câmara dos Deputados, Pequeno Expediente, 2014).

Assunção começa descrevendo a morte de Cláudia Ferreira, denunciando um caso de desumanização da ação policial, deslocando a PM da categoria de instituição da ordem para a categoria de agente de violência bruta e ilegítima, com isso ele legitima a necessidade da proposta da desmilitarização. Desmilitarizar, para o deputado, não seria melhorar a polícia, mas refundá-la como instituição democrática. Assunção, articula uma cadeia de exemplos emblemáticos, Cláudia, Amarildo, e diversos outros casos de jovens negros mortos diariamente pela força repressiva do Estado, construindo uma narrativa de raça que revela como a militarização produz uma política seletiva de morte (necropolítica)²².

Em 2015, observa-se o maior número de discursos contrários de todo o período. A reversão indica uma reação articulada por setores conservadores e por parlamentares ligados às forças de segurança, que passam a enfrentar diretamente as propostas de desmilitarização. Assim, o aumento dos discursos contrários tem caráter reativo, respondendo ao crescimento do campo favorável no ano anterior. Abaixo, o discurso do deputado Major Olímpio (PDT-SP), nas Comunicações Parlamentares, em 2015, onde o deputado coloca a desmilitarização das polícias como um ataque premeditado às instituições policiais e um favorecimento moral e político aos criminosos, invertendo valores sociais e ameaçando a segurança pública:

A quem interessa desmoralizar a Polícia brasileira? A quem interessa desmoralizar e achincalhar as Forças Armadas? A quem interessa estabelecer um controle absoluto e uma censura à mídia? Eu fico me perguntando isso quando se atribui a mim, ao Deputado Rocha, ao Delegado Éder, que estão aqui presentes, ao Deputado Fraga, ao Deputado Augusto e tantos outros, alcunhas pejorativas de “bancada da bala” e de reacionários. Eu vejo na história de vida de cada um desses representantes de policiais, das Forças Armadas, tantas marcas de luta, marcas físicas e marcas morais, em defesa do cidadão. (...) E o tempo todo eu vejo, de forma premeditada, organizada, ataques às instituições policiais. Eu vejo partidos políticos colocarem como meta a desmilitarização das polícias militares (...). E me parece que não são equívocos, é coisa premeditada (...). (Deputado Major Olímpio, PDT-SP, Câmara dos Deputados, Comunicações Parlamentares, 2015).

²² Ver mais sobre o conceito em MBEMBE (2018).

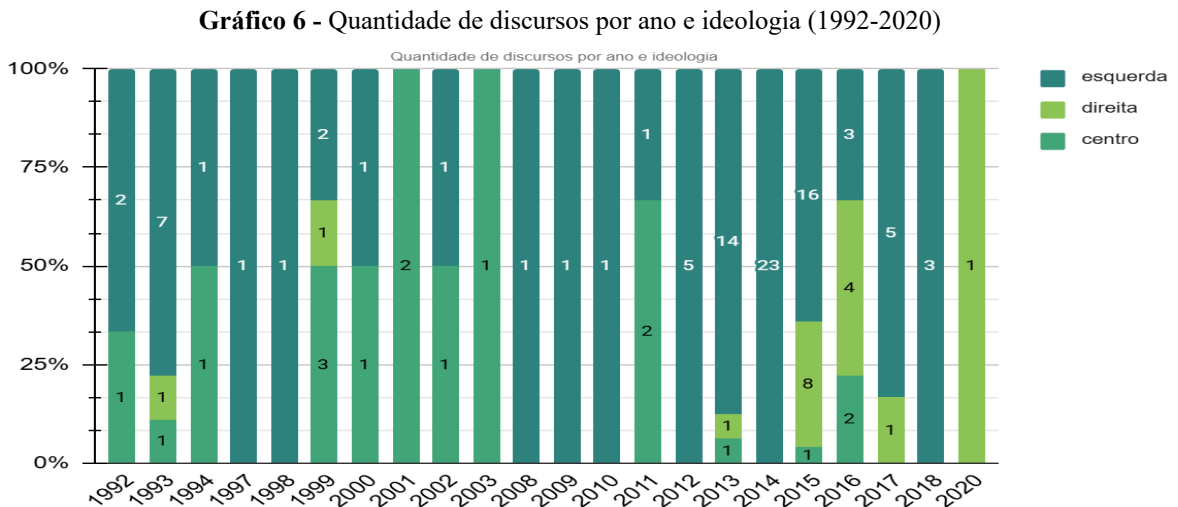
O deputado expressa uma reação de um campo político que percebe a perda de terreno e busca reconstituir espaço no debate com a criação simbólica, típica dos discursos contrários, entre os defensores da ordem e inimigos da segurança pública. Logo no início, Major Olímpio levanta algumas perguntas: “*A quem interessa desmoralizar a Polícia brasileira?*” e “*A quem interessa favorecer criminosos*”, sugerindo a existência de conspirações contra as instituições de segurança. Em sua visão, a polícia e as Forças Armadas seriam vítimas de uma campanha premeditada de deslegitimação. A desmilitarização, então, é inserida nesse discurso como parte de um projeto maior de enfraquecimento das instituições. Major Olímpio menciona que os defensores da desmilitarização costumam enxergar os policiais como “*700 mil selvagens que usam botas, que usam fardas*”, atribuindo ao campo oposto uma suposta visão desumanizadora dos policiais. Aqui é construído novamente a narrativa de nós e eles, nós, que respeitamos os policiais, eles, que desrespeitam.

A fase das Comunicações Parlamentares é onde o deputado, representando um partido ou um bloco, tem até 10 minutos de pronunciamento. Olímpio recorre à própria biografia e à de seus aliados, algo de *praxe* de deputados militares, para fortalecer a sua posição como representante legítimo da segurança pública, transformando o debate em um ato de defesa da honra da categoria e ganhando caráter de líder da “Bancada da Bala”. Porém, ao mencionar que parlamentares são rotulados com esse termo, cria uma estratégia discursiva de vitimização e contra-ataque, transforma esse rótulo em estigmas, algo pejorativo, que serve para silenciar quem defende a segurança pública.

A partir de 2016 a 2020, após esse choque polarizador de 2013 a 2015, o Gráfico 5 exhibe uma queda gradual na intensidade discursiva, tanto favoráveis quanto contrários. A partir de 2018 é possível observar que os discursos favoráveis continuaram decaindo, enquanto, neste ano, mesmo de forma tímida, os discursos contrários começaram a subir. Isso se deve a eleição de 2018, que ampliou significativamente a presença de representantes das forças de segurança no Congresso com o apoio do atual presidente da época, Jair Bolsonaro, fazendo com que o tema da desmilitarização passe a ser substituído por outras agendas conservadoras. Mas o tema não desaparece por completo, em 2020 ainda temos alguns discursos, com a predominância dos discursos contrários.

Em síntese, o comportamento das curvas do Gráfico 5, indica que a desmilitarização das polícias nunca foi um tema estável na CD. Pelo contrário, sua trajetória é marcada por longos períodos de silêncio, interrupções temáticas, explosões provocadas por crises de legitimidade policial e picos decorrentes da polarização política. Mas, é visto que, a partir de 2015, o tema deixa de ser apenas um problema operacional da segurança pública e passa a

compor o campo das disputas ideológicas. O Gráfico 6 ilustra essa transição, demonstrando como o volume de discursos não apenas aumenta, mas a composição ideológica de quem fala se altera.



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

É possível notar que entre 1992 a 2012 há um padrão de hegemonia discursiva. Durante essas duas décadas, o tema era abordado com baixa frequência, geralmente entre 1 a 3 discursos por ano, e era dominado, quase exclusivamente, por deputados oriundos de partidos de esquerda e centro. A ausência ou a participação diminuta da direita nesse período, sugere que o tema, até então, não era uma pauta central para esse espectro político.

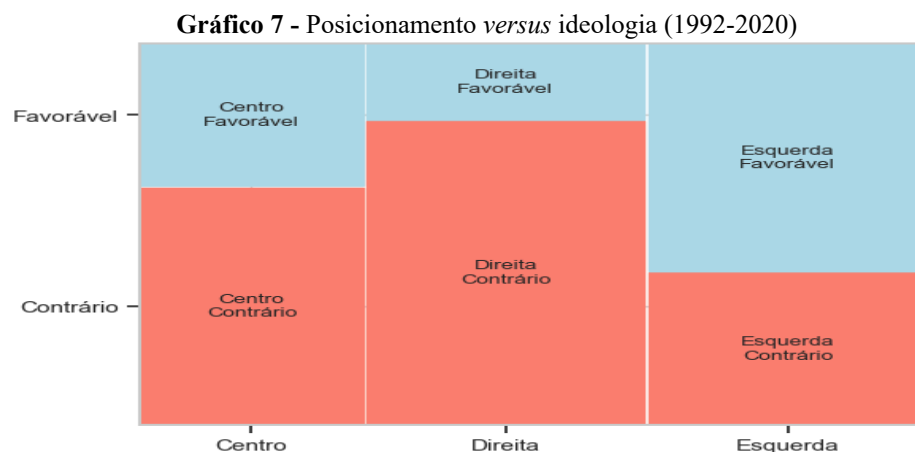
O cenário se transforma em 2013, marcando o início da politização intensa do tema. O número de discursos da esquerda salta para 14, e observa-se a entrada da direita e do centro no debate. Embora a esquerda ainda detenha a maioria quantitativa, observa-se que o tema ganha volume, começando a ser uma pauta de maior visibilidade e importância. Como observado no Gráfico 5, esse movimento é o reflexo das manifestações de junho de 2013 e casos emblemáticos da violência policial, como o desaparecimento de Amarildo e a chacina da Nova Holanda. Além disso, temos a criação da PEC 51, do senador Lindbergh Farias (PT), com a proposta de desmilitarização da polícia, impulsionando propagações de posições favoráveis.

Mas, a consolidação da disputa ideológica acontece de fato entre 2015 e 2016, marcando uma divisão de narrativas. Em 2015, a direita assume um papel de protagonismo na análise temporal, somando 8 discursos, demonstrando uma reação conservadora e maior articulação desse espectro ideológico, que está relacionado ao aumento de parlamentares ligados às forças de segurança, visando barrar propostas de desmilitarização. Somando-se à

isso, temos a esquerda com 16 discursos, ainda sendo a maior precursora do tema, e o centro, com 1 discurso. Em 2016, o acirramento atinge o seu ápice de equilíbrio e inversão, enquanto a esquerda reduz drasticamente sua participação, caindo de 16 discursos em 2015 para apenas 3 em 2016, a direita mantém uma presença relativamente constante, com 4 discursos, o centro continua tímido no debate.

Em 2018, ano eleitoral decisivo com a ascensão do bolsonarismo, temos a ampliação da “Bancada da Bala”, com isso, o tema da desmilitarização perde força para outras agendas conservadoras. Em 2020, temos apenas 1 discurso, proferido pela direita, isso sugere que a vigilância sobre o tema por esse espectro permaneceu ativa, garantindo que a pauta não voltasse a avançar. Logo, podemos observar uma nova fase da desmilitarização das polícias, que começou a ser tornar um terreno de batalha política, onde o discurso deixa de ser um monólogo da esquerda, que é nitidamente o espectro ideológico que mais marca a agenda da desmilitarização, e passa a ser dominado pela direita conservadora contrária à proposta.

Enquanto a análise temporal revelou o momento de ruptura (2013-2015), o Gráfico 7 ilustra a distribuição proporcional dos discursos, expondo a estrutura interna dessa disputa, fazendo a correlação direta entre ideologia dos discursos e o posicionamento sobre a desmilitarização.



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

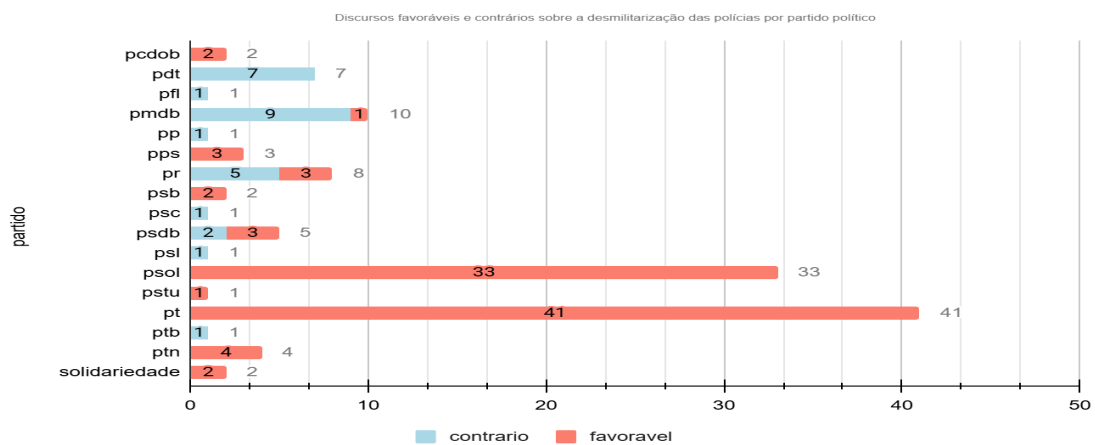
O gráfico 7 demonstra que o posicionamento favorável e contrário está diretamente ligado ao espectro ideológico. A esquerda é a maior base de apoio ao tema, com o maior preenchimento favorável a desmilitarização (cor azul), sendo os contrários desse espectro a minoria, isso confirma que a pauta da desmilitarização é organicamente abraçada pela esquerda. Já a direita, aparece como uma barreira de veto, demonstrado pela hegemonia vermelha, com maior preponderância de discursos contrários, a área azul, de discursos favoráveis é visivelmente menor, isso demonstra que a direita possui maior reação

conservadora à proposta em comparação às outras ideologias. No centro do espectro ideológico, temos uma predominância de contrários (área vermelha) à desmilitarização, ou seja, esse espectro tende ao conservadorismo diante do tema.

Comparando os Gráficos 6 e 7, podemos ter uma resposta mais precisa, a esquerda predomina na proposição e no volume de discursos, principalmente entre 2013 e 2015, mas nos anos finais da análise, de 2016 a 2020, a esquerda praticamente abandona o debate, fazendo com que a direita, aliada ao centro, mesmo contabilizando menor número e quantidade de discursos, passe a predominar na capacidade de veto e na narrativa, sufocando a pauta. Isso se deu, em grande parte, pela polarização política e a ascensão do bolsonarismo, elegendo um número expressivo de deputados conservadores e ligados às forças de segurança a partir de 2018. Com isso, podemos concluir que a esquerda tem a predominância da iniciativa, mas a direita tem a predominância do resultado, fazendo com que, a partir de 2018, o tema fosse substituído por pautas conservadoras.

Agora, para compreendermos a anatomia do debate legislativo sobre a desmilitarização das polícias, abaixo temos o Gráfico 8, que revela a coesão interna, ou falta dela, e o peso específico de cada sigla no debate, quantificando os discursos por partido e as posições de seus filiados.

Gráfico 8 - Discursos favoráveis e contrários sobre a desmilitarização das polícias por partido político (1992-2020)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados de discurso da Câmara dos Deputados.

O Gráfico 8, confirma que, embora exista uma orientação ideológica do partido, o comportamento dos deputados filiados varia entre a coesão total e a liberdade de posicionamento. Podemos observar três comportamentos distintos, a alta coesão da esquerda diante do tema, os dados mostram dois protagonistas absolutos na defesa da desmilitarização, o PT, com 41 discursos favoráveis e o PSOL, com 33 discursos favoráveis. Somados, esses

dois partidos representam a vasta maioria de todo o volume favorável do Congresso. Isso reforça a tese de que a desmilitarização foi uma agenda impulsionada institucionalmente por uma esquerda orgânica e estruturada.

No campo contrário, o PMDB, classificado como centro, surge como a principal voz de resistência, com 9 discursos contrários e apenas 1 favorável. Diferente da esquerda, que atua por convicção ideológica, o perfil do PMDB sugere uma atuação de manutenção do *status quo*. A presença de partidos de direita como o PR, com 5 contrários, PP, PSC, PFL e PSL, todos com discursos majoritariamente contrários, confirma a articulação conservadora dos partidos de direita.

Podemos notar nesse gráfico, a complexidade da elasticidade ideológica e as contradições do comportamento e classificação ideológica dos partidos brasileiros. Temos como exemplo o caso do PDT, seria uma esquerda conservadora? Embora classificado como esquerda (centro esquerda), apresenta 7 discursos contrários, esse dado é relevante, pois demonstra que parte da esquerda trabalhista pode estar alinhada a corporações policiais ou ter uma visão de segurança pública distinta da esquerda mais tradicional, como o PSOL e o PT. Soma-se a isto parlamentares que são oriundos das forças de segurança dentro dos partidos, que assumem um discurso corporativo. Também temos o caso do PTN e do Solidariedade, o PTN, classificado como direita, apresenta 4 discursos favoráveis e o Solidariedade, partido de centro, apresenta 2 favoráveis. Isso mostra um parlamentarismo individualista, onde os deputados desses partidos, se posicionam a partir da consciência pessoal, divergindo do espectro macro ideológico de seus partidos. O PSDB é outro partido que se mostra dividido em relação ao tema, com 2 contrários *versus* 3 favoráveis, refletindo sua histórica crise de identidade entre origem social-democrata e uma atuação política de centro-direita.

Concluindo a análise do gráfico 8, é visto que a polarização sobre a desmilitarização não é apenas entre esquerda e direita, mas entre partidos de quadro, como o PT e o PSOL, que possuem unidade ideológica sobre o tema, e partidos *catch all*, como PMDB, PR e PDT, onde a posição varia conforme o deputado. Existe, de fato, uma guerra legislativa diante do tema, pelo núcleo duro da esquerda contra um bloco difuso de conservadores ancorado em legendas do centrão e da direita.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa confirma a hipótese de que a ideologia é um fator determinante não apenas para o posicionamento favorável ou contrário à desmilitarização das policiais, mas

também para a definição das estratégias de comunicação parlamentar. A análise dos dados revelou que o debate na CD reflete uma disputa de paradigmas, na qual esquerda e direita utilizam o RICD de formas distintas para avançar suas agendas. Enquanto a esquerda pauta o tema por meio de discursos concisos, críticos e denunciativos, a direita e setores do centro articulam a defesa da militarização com narrativas de consenso e bloqueio, impedindo o avanço de reformas constitucionais.

Observou-se uma clara divisão no uso das fases de comunicação parlamentar. Os parlamentares favoráveis, majoritariamente de esquerda, concentram seus discursos no Pequeno Expediente e nas Breves Comunicações, espaços sem apartes, o que lhes permite denunciar a violência policial e manter o tema na agenda pública sem interferências opositoras. Essa estratégia busca acumular fatos que reaquecem o tema e justifiquem a urgência da reforma. Já os discursos contrários à desmilitarização, articulados sobretudo pela direita e setores conservadores do centro, privilegiam o Grande Expediente, que oferece maior tempo de fala ao orador. Nessa fase, constroem narrativas mais densas, frequentemente associando a desmilitarização ao caos social e, recorrendo muitas vezes, à substituição do termo “desmilitarização” por “extinção das polícias”. Além disso, o uso gerencial dos apartes, concedidos apenas a aliados, reforça consensos e blinda o orador de discursos contraditórios.

Quanto aos propósitos e argumentos mobilizados, os discursos favoráveis procuram desnaturalizar a violência policial, a interpretando como herança autoritária da ditadura militar e como instrumento de necropolítica contra negros e pobres. O objetivo é humanizar as vítimas da letalidade policial e apresentar a desmilitarização como imperativo de direitos humanos e de eficiência democrática. Em contraposição, os discursos contrários operam na lógica de desqualificação dos opositores à militarização, estabelecendo dicotomias entre “desconectados da realidade” e “operacionais”, considerados os verdadeiros detentores do saber sobre segurança. Dessa forma, buscam desautorizar qualquer proposta de reforma que não parta dos próprios representantes da corporação.

A pesquisa identificou dois modelos distintos de polícia. O projeto defendido pela esquerda, favorável a desmilitarização (em sua grande maioria), exemplificado nos discursos de Ivan Valente e Chico Alencar, propõe a construção do policial como cidadão trabalhador, com direitos civis e capacidade de sindicalização, rompendo com a lógica militar belicista de guerra. Já o projeto da chamada “Bancada da Bala”, visível nas falas de Alberto Fraga e Major Olímpio, reforça a figura do policial como herói bélico guerreiro e sacerdote da ordem, cuja eficiência depende da hierarquia rígida e da disciplina militar. Para esse grupo, a militarização é vista como solução para conter a barbárie, e qualquer tentativa de mudança

nesse sistema militarizado é interpretada como um ataque à moralidade não só da corporação, mas do País.

Do ponto de vista temporal, o debate não se desenvolveu de forma linear. Entre 1992 e 2012, predominavam discursos favoráveis, impulsionados por tragédias relacionadas à letalidade policial. Contudo, por mais que tivessem maior quantidade de discursos, não houve força suficiente para gerar mudanças legislativas. Entre 2013 a 2015, as Jornadas de Junho e a crise política do período atuaram como catalisadores, elevando o tema a um novo patamar de politização. Nesse momento, o debate deixou de ser um monólogo da esquerda e passou a compor o centro das disputas ideológicas. O crescimento dos discursos favoráveis em 2013 e 2014 provocou uma reação conservadora organizada em 2015, ano recorde de discursos contrários. A articulação de parlamentares ligados às forças de segurança transformou a defesa da militarização em uma bandeira identitária da direita, e a polarização política da época inviabilizou o debate. A partir de 2018, a desmilitarização deixou de ser discutida como uma pauta de relevância na política brasileira.

Outro aspecto relevante é a coesão partidária. Embora os blocos ideológicos sejam claros, com PT e PSOL apresentando alta coesão favorável, verificou-se certa elasticidade em partidos de centro e até de centro-esquerda. O caso do PDT, com Major Olímpio, e de outras legendas do centrão demonstra que a identidade corporativa de parlamentares oriundos das forças policiais frequentemente se sobrepõe às diretrizes partidárias. Isso sugere que, no campo da segurança pública, especialmente, o corporativismo militar atua como uma força transversal, desafiando a lógica partidária tradicional e dificultando a construção de consensos reformistas.

Em síntese, a análise dos discursos parlamentares entre 1992 e 2020 permite concluir que a desmilitarização das polícias foi bloqueada não apenas pela ausência de consenso, mas pela eficácia da estratégia discursiva conservadora em capitalizar o medo da extinção da ordem. A Câmara dos Deputados funcionou como uma caixa de ressonância de uma cultura militarista enraizada na política brasileira, que conseguiu se reorganizar e se fortalecer diante das tentativas de reforma. O período analisado se encerra com a vitória do *status quo*, mantendo a segurança pública refém de uma lógica de confronto e inviabilizando a transição para um modelo de policiamento plenamente democrático.

REFERÊNCIAS

- BALBANI, Arthur Paku Ottolini. Entre a judicialização e o descrédito: a necessária reforma no regimento interno da Câmara dos Deputados. (2019). **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 114, p. 843-863, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-8235.v114p843-863. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/176615>. Acesso em: 1 jul. 2024
- BATISTA, Vera M. O Alemão é muito mais complexo. In: **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v.3, n.5, p. 109, jul/dez 2011.
- BAKKER, P.D.; YARED, M. L. DE M. A Ordem do dia e o sistema de trocas: os atos de fala no debate parlamentar. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, Brasil, v. 11, n. 11, p. 45, 2013. DOI: 10.51206/e-legis.v11i11.144. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/144>. Acesso em: 1 jul. 2024
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-29, 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024. 27º ed. (Série legislação; n.2). Disponível em: [RICD atualizado até RCD 11-2024 \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/legis/ricd/ricd-atualizado-ate-rcd-11-2024). Acesso em: 29/06/2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). 1988. Acesso em: 29/06/2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024. 27º ed. (Série legislação; n.2). Disponível em: [RICD atualizado até RCD 11-2024 \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/legis/ricd/ricd-atualizado-ate-rcd-11-2024). Acesso em: 29/06/2024.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discursos e Notas Taquigráficas*. Disponível em: [Discursos e debates na Câmara dos Deputados — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/discursos-e-debates). Acesso em: 29/06/2024.
- CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo social: Rev. Social, USP**, S. Paulo, vol. 9, n. 1, 1997, p. 249-265.
- GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 275-300, 2016. DOI: 10.13058/raep.2016.v17n2.323. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/323>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- LIMA, I. F.; OLIVEIRA, I. M. (2016). Desmilitarização das Polícias, Política e Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, 1, p. 4. DOI: 10.26668, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

MEDEIROS, Mateus Afonso. A desmilitarização das polícias e a legislação ordinária. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 165, 2005, p. 239-240.

MOREIRA, Davi Cordeiro. **Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos parlamentares brasileiros**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PEREIRA BRAZ, A. C. (2019). A ironia no discurso parlamentar português: graus de implicação, índices linguísticos e estratégias discursivas. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Da UERJ**. v.17, n (28). 2019. pp. 611-618.

REZENDE, Daniela Leandro; FRAGA, Paulo; SOL, Aruna. Audiências públicas sobre maconha/cannabis na câmara dos deputados brasileira, 1997-2020. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 425-461, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8671056>. Acesso em: 28 ago. 2024

RODRIGUES NETTO, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: em estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9yf86>. Acesso em 29 set. 2024.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SCHEEFFER, Fernando. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 11, n. 27, p. 119-142, set./dez. 2018.

SILVA, L. G. T. da. A organização institucional da Câmara dos Deputados do Brasil e do Uruguai e seus reflexos na composição das discussões em plenário sobre aborto (1985-2016). **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, Brasil, v. 13, n. 31, p. 194-210, 2020. DOI: 10.51206/e-legis.v13i31.551. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/551>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.